



**Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba**  
Avenida Princesa Isabel, 201 - Bairro Centro - CEP 58020-911 - João Pessoa - PB

## **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 90012/2026**

**CONTRATANTE (UASG):**

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA (070009)**

**OBJETO:**

Aquisição de material gráfico para atender às demandas das Eleições Gerais de 2026 (1º Turno e 2º Turno, se houver), utilizando o sistema de registro de preços - SRP.

**VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:**

R\$ 518.032,86 (quinhentos e dezoito mil, trinta e dois reais e oitenta e seis centavos)

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:**

Dia 11/06/2026, às 09h00 (horário de Brasília)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Menor Preço

**MODO DE DISPUTA:**

Aberto

**TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS:**

Sim

**MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM:**

Não

**SUMÁRIO**

- 1. DO OBJETO**
- 2. DO REGISTRO DE PREÇOS**
- 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**
- 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**
- 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**
- 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**
- 7. DA FASE DE JULGAMENTO**
- 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**
- 9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
- 10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**
- 11. DOS RECURSOS**
- 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**
- 13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**
- 14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
- 15. DO CONTRATO**
- 16. DA FISCALIZAÇÃO, DA GESTÃO DA ARP, DA ENTREGA DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**
- 17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2026**  
(Processo SEI n.º 0002567-29.2026.6.15.8000)

Torna-se público que o **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA**, sediado na Avenida Princesa Isabel, nº 201, Tambiá, João Pessoa, Paraíba, CEP 58020-528, por meio do Agente de Contratação designado pela Portaria n.º 139/2023, publicada no BAE em 04/04/2023, realizará licitação, **PARA REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## **1. DO OBJETO**

1.1. A presente licitação tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DAS ELEIÇÕES GERAIS DE 2026 (1º TURNO E 2º TURNO, SE HOUVER)**, nos termos da tabela abaixo e conforme as condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ITEM	UND	QTD	CATMAT	EXPECTATIVA DE CONSUMO	ESPECIFICAÇÕES
01	CX	27	467483	70%	<b>ATA DE ELEIÇÃO</b> - no formato A4, papel branco de 75g/m², impressão frente e verso em off-set (em cada página) na cor preta, sendo duas folhas frente e verso, grampeada. <b>Modelo</b> - <b>apresentado pela ASCOM</b> - a ser definido por portaria específica e divulgado na página eletrônica do Tribunal Superior Eleitoral, conforme art. 184 da Res. TSE 23.751/2026 (*). Apresentação: Pacote com 1000 unidades cada um, embalados com plástico transparente.
02	UND	30	486807	70%	<b>BANNER</b> , tamanho 1,20x0,80 m, em lona com brilho, gramatura de 380g, impressão digital e colorida, não devendo

					apresentar-se borrada nem com manchas de impressão, com bastão em madeira revestida na parte superior e inferior, acabamento em ponteiras, com cordões em nylon (polietileno) de 6 mm de diâmetro, com impressão de arte distinta para cada banner.  <b>Modelo apresentado pela ASCOM.</b>
03	UND	3.000	374329	70%	<b>BOLSA EM NYLON</b> plastificado, na cor azul natiê, com as características abaixo especificadas conforme modelo: altura de 35cm; largura de 40cm; dorso lateral de 10cm; costura interna em linha de nylon 60, com sobra de aproximadamente 1cm; friso (vivo) de plástico, de 8mm nas costuras laterais; duas alças em cadaço de

					nylon trançado preto de aproximadamente 3cm de largura e 80cm de comprimento, medidos costura a costura; zíper médio preto com dois cursores; bolsa para etiqueta, costurada, medindo 10x10cm em plástico l20 transparente; impressão serigráfica em uma cor. <b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b>
04	UND	1.100	456443	70%	<b>CARIMBO</b> , com o nome "NÃO COMPARECEU", tamanho 1,0 cm x 5,0cm, com cabo em madeira. <b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b>
05	CX	29	4367	70%	<b>CARTAZ PARA SEÇÃO – proibido filmar e proibido celular</b> , impressão em cartolina branca de 180g/m2, medindo 33cm x

					<p>25cm, 4x0, conforme modelo apresentado.</p> <p><b>Arquivo apresentado pela ASCOM.</b></p> <p>Apresentação: Embalagem em caixas contendo 1.000 cartazes.</p>
06	CX	28	4367	70%	<p><b>CARTAZ PARA SEÇÃO "AQUI VOTAM OS ELEITORES DA _____",</b> em cartolina azul, impressão frente em off-set na cor preta, 180g/m2, medindo 33cm x 25cm, conforme modelo.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p> <p>Apresentação: Embalagem em caixas contendo 1.000 formulários cada.</p>
07	CX	9	4367	70%	<p><b>CARTAZ "A SERVIÇO DA JUSTIÇA ELEITORAL",</b> impressão em cartolina branca,</p>

					180g/m2, impressão em off-set na cor preta, tamanho 39cmx11cm, com espaço para identificação da placa do veículo, conforme modelo. <b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b> Apresentação: Caixa contendo 1.000 cartazes cada.
08	CX	22	4367	70%	<b>CARTAZ PARA SEÇÃO - sem impressão,</b> em cartolina BRANCA, 120g/m2, TAMANHO 210mm x 297mm. Apresentação: Caixas contendo 1.000 cartazes cada.
09	CX	10	4367	70%	<b>CARTAZ,</b> tamanho 420x594 mm, em papel de outdoor, gramatura 90g, cor 4x0, com pedido mínimo de 1000 unidades impressas, para cada arte.



					<b>Modelo apresentado pela ASCOM.</b> Apresentação: Caixa contendo 1.000 cartazes.
10	CX	19	4367	70%	<b>CARTAZ COM SETA INDICATIVA,</b> impressão em cartolina branca, 180g/m <sup>2</sup> , impressão em off-set na cor preta, tamanho 39cm x 11cm. Para direcionamento do fluxo de eleitores. <b>Modelo apresentado pela ASCOM.</b> Apresentação: Caixas contendo 1.000 cartazes cada.
11	CX	22	4367	70%	<b>CARTAZ INFORMATIVO SOBRE AUTORIZAÇÃO DO VOTO ACOMPANHADO,</b> conforme previsão legal, reforçando a acessibilidade e a inclusão. Impressão em cartolina branca de 180g/m <sup>2</sup> ,

					medindo 33cm x 25cm. <b>Modelo apresentado pela ASCOM.</b> Apresentação: Caixas contendo 1.000 cartazes cada.
12	CX	22	4367	70%	<b>CARTAZ COM O TEXTO "Deixe aqui o seu celular",</b> para reforçar a vedação ao uso de aparelhos eletrônicos na cabine de votação. Impressão em cartolina branca, impressão em off-set na cor preta, 180g/m <sup>2</sup> , medindo 33cm x 25cm. <b>Modelo apresentado pela ASCOM.</b> Apresentação: Caixas contendo 1.000 cartazes cada.
13	CX	22	4367	70%	<b>CARTAZ CONTENDO AS PRIORIDADES DE ATENDIMENTO PREVISTAS EM LEI,</b> com a

					<p>finalidade de orientar eleitores e equipes quanto à ordem preferencial de atendimento, promovendo transparência, respeito aos direitos assegurados e padronização da informação nos locais de votação. Impressão em cartolina branca de 180g/m², formato A3.</p> <p><b>Modelo apresentado pela ASCOM.</b></p> <p>Apresentação: Caixas contendo 1.000 cartazes cada.</p>
14	CX	23	4367	70%	<p><b>CARTAZ COM O QR-CODE DIRECIONANDO PARA CONSULTA DE LOCAL DE VOTAÇÃO NO SÍTIO DO TSE,</b> que permite o eleitor identificar sua seção eleitoral e local de votação através da página de autoatendimento</p>

					<p>do TSE, reduzindo filas, otimizando o atendimento presencial e promovendo maior inclusão digital. Impressão em cartolina branca de 180g/m<sup>2</sup>, medindo 33cm x 25cm.</p> <p><b>Modelo apresentado pela ASCOM.</b></p> <p>Apresentação: Caixas contendo 1.000 cartazes cada.</p>
15	CX	5	289696	70%	<p><b>CARTÃO identificador da bolsa,</b> para acondicionamento de material em cartolina branca, impressão frente em off-set na cor preta, medindo 10cm altura x 9,5cm de largura, conforme modelo.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p> <p>Apresentação: Caixas contendo 1.000 cartões cada.</p>

16	UND	2.400	439776	70%	<b>CARTÃO identificação para crachá institucional,</b> material pvc, comprimento 86, largura 54, características adicionais adesivado, espessura 0,46, cor branca.  Apresentação: Pacotes com 100 unidades cada um, embalados com plástico transparente.
17	CX	100	480267	70%	<b>CÉDULA ELEITORAL "Majoritária"</b> (Presidente), confeccionada em papel opaco AMARELO de 75g/m², impressão frente e verso em off-set nas cores "preto" e "branco", com uma tarja na horizontal, 84mm de altura e 191mm de largura, e 84mm de largura após a dobra.  <b>Arquivo apresentado pela</b>

					<p><b>ASCOM</b> a ser definido por portaria específica e divulgado na página eletrônica do Tribunal Superior Eleitoral, conforme art. 184 da Res. TSE 23.751/2026.</p> <p>Apresentação: Pacotes contendo 1.000 unidades, cada um, embalados em plástico transparente.</p>
18	CX	60	480267	70%	<p><b>CÉDULA ELEITORAL “Majoritária”</b> (Governador e e Senador), confeccionada em papel opaco AMARELO de 75g/m², impressão frente e verso em off-set nas cores “preto” e “branco”, com uma tarja na horizontal, 84mm de altura e 191mm de largura, e 84mm de largura após a dobra.</p> <p><b>Arquivo apresentado pela ASCOM</b> a ser</p>

					<p>definido por portaria específica e divulgado na página eletrônica do Tribunal Superior Eleitoral, conforme art. 184 da Res. TSE 23.751/2026.</p> <p>Apresentação: Pacotes contendo 1.000 unidades, cada um, embalados em plástico transparente.</p>
19	CX	60	480267	70%	<p><b>CÉDULA ELEITORAL “Majoritária”</b> (Governador), confeccionada em papel opaco AMARELO de 75g/m², impressão frente e verso em off-set nas cores “preto” e “branco”, com uma tarja na horizontal, 84mm de altura e 191mm de largura, e 84mm de largura após a dobra.</p> <p><b>Arquivo apresentado pela ASCOM</b> a ser definido por portaria específica</p>

					<p>e divulgado na página eletrônica do Tribunal Superior Eleitoral, conforme art. 184 da Res. TSE 23.751/2026.</p> <p>Apresentação: Pacotes contendo 1.000 unidades, cada um, embalados em plástico transparente.</p>
20	CX	60	480267	70%	<p><b>CÉDULA ELEITORAL “Proporcional”</b> (Deputado Estadual e Federal)), confeccionada em papel opaco BRANCO de 75g/m², impressão frente e verso em off-set nas cores “preto” e “branco”, com uma tarja na horizontal, 84mm de altura e 191mm de largura, e 84mm de largura após a dobra.</p> <p><b>Arquivo apresentado pela ASCOM</b> a ser definido por portaria específica e divulgado na</p>



					<p>página eletrônica do Tribunal Superior Eleitoral, conforme art. 184 da Res. TSE 23.751/2026.</p> <p>Apresentação: Pacotes contendo 1.000 unidades, cada um, embalados com plástico transparente.</p>
--	--	--	--	--	---

21	UND	2.400	461484	70%	<b>CORDÃO para crachá personalizado</b> com arte do TRE-PB , realizada em alta resolução, sem restrições de cores, desenhos, imagens e logos, com 25mm x 85cm, impressão digital por sublimação, frente e verso, finalizado com fixador de solda niquelado, argola e mosquetão para crachá.  <b>Arte enviada pela ASCOM</b>  Apresentação: Pacotes contendo 50 unidades, cada um, embalados com plástico transparente.
22	UND	3.000	275134	70%	<b>CORDÃO PARA CRACHÁ,</b> em silicone transparente, comprimento 90 cm, modelo com solda, com ponteira em metal nas duas extremidades, (não acompanha crachá).

					Apresentação: Embalados com 100 unidades por pacote.
23	UND	10.000	311792	70%	<b>CRACHÁ Apoio</b> , em papel triplex branco de 250g/m, tamanho 10x15cm, com impressão em off-set 2x0, (preto e azul marinho), fixado em cordão rabo de rato branco de 85cm, com 02 furos, conforme modelo apresentado. <b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b> Apresentação: Pacotes com 100 unidades cada um, embalados com plástico transparente.
24	UND	100	311793	70%	<b>CRACHÁ Chefe de Cartório</b> , em papel triplex branco de 250g/m, tamanho 10x15cm, com impressão em off-set 1x0, fixado em cordão rabo de rato branco de 85cm, com 02 furos.

					<b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b>  Apresentação: Pacotes com 100 unidades cada um, embalados com plástico transparente.
25	UND	2.700	311793	70%	<b>CRACHÁ Gerente de Local de Votação</b> , em papel triplex branco de 250g/m, tamanho 10x15cm, com impressão em off-set 1x0, fixado em cordão rabo de rato branco de 85cm, com 02 furos, conforme modelo.  <b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b>  Apresentação: Pacotes com 100 unidades cada um, embalados com plástico transparente.
26	UND	170	311792	70%	<b>CRACHÁ Juiz Eleitoral</b> , em papel triplex branco de 250g/m, tamanho 10x15cm, com impressão em off-

					<p>set 2x0, (preto e cinza), fixado em cordão rabo de rato branco de 85cm, com 02 furo</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p> <p>Apresentação: Pacotes com 50 unidades cada um, embalados com plástico transparente.</p>
27	UND	300	311792	70%	<p><b>CRACHÁ Oficial de Justiça</b>, em papel triplex branco de 250g/m, tamanho 10x15cm, com impressão em off-set 2x0 (preto e marrom), fixado em cordão rabo de rato branco de 85cm, com 02 furos.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p> <p>Apresentação: Pacotes com 100 unidades cada um, embalados com plástico transparente.</p>

28	UND	33.000	311793	70%	<b>CRACHÁ Membro de Mesa Eleitoral</b> , em papel triplex branco de 250g/m, tamanho 10x15cm, com impressão em off-set 1x0, fixado em cordão rabo de rato branco de 85cm, com 02 furos. <b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b> Apresentação: Pacotes com 100 unidades cada um, embalados com plástico transparente.
29	UND	400	311793	70%	<b>CRACHÁ Membro de Junta Eleitoral</b> , em papel triplex branco de 250g/m, tamanho 10x15cm, com impressão em off-set 1x0, fixado em cordão rabo de rato branco de 85cm, com 02 furos. <b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b> Apresentação: Pacotes com 100

					unidades cada um, embalados com plástico transparente.
30	UND	16.000	311793	70%	<p><b>CRACHÁ Presidente de Mesa Eleitoral</b>, em papel triplex branco de 250g/m, tamanho 10x15cm, com impressão em off-set 1x0, fixado em cordão rabo de rato branco de 85cm, com 02 furos.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p> <p>Apresentação: Pacotes com 100 unidades cada um, embalados com plástico transparente.</p>
31	UND	160	311792	70%	<p><b>CRACHÁ Promotor Eleitoral</b>, em papel triplex branco de 250g/m, tamanho 10 x 15, com impressão em off-set 2x0, (preto e amarelo), fixado em cordão rabo de rato branco de</p>

					85cm, com 02 furos.  Modelo apresentado pela <b>SEGMAC</b> .  Apresentação: Pacotes com 50 unidades cada um, embalados com plástico transparente.
32	UND	4.000	290467	70%	<b>CRACHÁ</b> . Material: plástico transparente. Características Adicionais: com cordão para identificação em PVC com ponteira metálica. Formato: vertical (abertura superior). Medida: 11x16 (comprimento x altura), aproximadamente. Apresentação: embalagem com pacotes de 50 unidades.
33	UND	20.000	4367	70%	<b>ENVELOPE</b> em papel branco, 120g/m <sup>2</sup> , tamanho 36x26cm, off-set na cor preta.



					<b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b>  Apresentação: Pacotes com 100 unidades cada um, embalados com plástico transparente.
34	UND	18.000	8305	70%	<b>ENVELOPE protetor tipo safepack,</b> para transporte de BU e memória de resultado, confeccionado em papel reciclado) de 120g/m², impermeável, com bordas laterais prensadas, com fita adesiva para fechamento (não utilizar cola), medindo aproximadamente 12,5x18cm (aberto), personalizado com o brasão da república, medindo 2,0cm (alinhamento a esquerda) e, ao lado do brasão, os dizeres centralizados "JUSTIÇA

					<p>ELEITORAL”, e, abaixo “TRE-PB” e mídia de resultados, com margem superior de 3,0cm e impressão na cor preta, e, em seguida, dizeres da Zona Eleitoral e da Seção Eleitoral.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p> <p>Apresentação: Embalado com plástico transparente, em pacotes contendo 50 unidades cada.</p>
35	UND	500	447260	70%	<p><b>FAIXA EM TECIDO</b> (BRAMANTE OU MORIM), para divulgação do pleito 2024, montadas com acabamento de madeira nas extremidades, dimensões: comprimento de 300cm e largura de 80cm; o tecido e as tintas aplicadas deverão ser de boa qualidade, assim como a madeira de acabamento, cujas</p>

					<p>extremidades devem ser serradas, sem pontas, que permitam estender a própria faixa, possibilitando a leitura do que houver escrito; faixas dotadas de quatro cordões de nylon (polietileno) ou material similar, 2mm de diâmetro e 3m de comprimento, cada peça, para afixação.</p> <p><b>Modelo e arquivo apresentado pela ASCOM.</b></p>
36	CX	27	464299	70%	<p><b>FORMULÁRIO para Controle de Comparecimento de Mesários,</b> formato A4, em papel branco de 75g/m<sup>2</sup>, impressão frente em off-set na cor preta, conforme modelo.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p> <p>Apresentação: Embalado em</p>

					pacotes contendo 1.000 formulários.
37	CX	120	467591	70%	<p><b>FORMULÁRIO para Identificação de Eleitor com Deficiência ou Mobilidade Reduzida</b> – tamanho 14,7x6,9cm, papel AP 75g/m2, impressão em preto e branco.</p> <p><b>Modelo</b> - <b>apresentado pela ASCOM</b> - a ser definido por portaria específica e divulgado na página eletrônica do Tribunal Superior Eleitoral, conforme art. 184 da Res. TSE 23.751/2026.</p> <p>Apresentação: Embalagens em caixas contendo 1.000 formulários.</p>
38	UND	110.000	480666	70%	<p><b>FORMULÁRIO "REQUERIMENTO DE JUSTIFICATIVA ELEITORAL"</b> (RJE), em papel AP 75g/m2,</p>

					<p>dimensões: 29,5cm x 8,5cm, impressão em preto e branco.</p> <p><b>Modelo - apresentado pela ASCOM</b> - a ser definido por portaria específica e divulgado na página eletrônica do Tribunal Superior Eleitoral, conforme art. 184 da Res. TSE 23.751/2026.</p> <p>Apresentação: Pacotes com 500 unidades, cada um, embalados com plástico transparente.</p>
39	CX	28	464299	70%	<p><b>Lei 9.504/1997 - art. 39-A (acrescentado pela lei 12.034)</b> no formato A4, papel branco de 75g/m<sup>2</sup>, impressão frente em off-set na cor preta e em uma única via.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p> <p>Apresentação: Embalado em</p>

					pacotes contendo 1.000 formulários.
40	CX	30	464299	70%	<p><b>LISTAGEM de Candidatos para cabina</b>, em papel branco de 150 g/m<sup>2</sup>, impressão em off-set na cor preta, tamanho 48x66cm, sendo de 10 a 15 matrizes diferentes, conforme modelo.</p> <p><b>Arquivo apresentado pela ASCOM</b></p> <p>Apresentação: Embalagens em caixas contendo 1.000 formulários.</p>
41	UND	8.000	320489	70%	<p><b>PAPEL MADEIRA</b> gramatura 80g/m<sup>2</sup>, reciclado, medindo 66 x 96 cm, aproximadamente. O papel deverá ser confeccionado com madeira de origem legal, manejo sustentável.</p> <p>Apresentação: Embalagem em pacotes com 100 unidades cada.</p>
42	UND	2.400	461486	70%	<b>PRESILHA para crachá</b>

					<b>institucional</b> , tipo jacaré, removível, com alça leitosa, produzido em aço com acabamento niquelado e alça de polietileno.  Apresentação: pacote com 50 unidades, cada.
43	BL	2.500	315784	70%	<b>RECIBO DE QUITAÇÃO DE ENTREGA DE URNAS E SOBRA DE MATERIAIS DAS ELEIÇÕES</b> em 02 vias, sendo a 1ª branca e a 2ª rosa, serrilhado e colado na lateral esquerda, em papel autocopiativo, impressão em off-set na cor preta, formato 10,5x21cm, sendo cada <u>bloco: 25x02</u> .  <b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b>
44	UND	11.000	467586	70%	<b>RÓTULOS DE URNA DE SEÇÃO – PARA EMBALAGEM DA URNA</b> Tamanho: formato 140 mm x 97 mm, cartão

					<p>tríplex, 1 lâmina em cartão tríplex FSC 300g/m2, 4x0 cores, refile final. Tipo de papel: couché, gramatura 250g. Os rótulos deverão ser entregues cortados (guilhotinados), embalados em <b>pacotes contendo 100 unidades</b>, separados por ordem numérica/alfabética de zona, seção e município. Cada rótulo possui uma sequência de cor por zona eleitoral e por município e numeração individual do número da seção eleitoral, não repetida. Cada rótulo é único.(vide modelo em anexo da zona 001 - <b>SEGEI</b>).</p>
45	UND	2.000	467586	70%	<p><b>RÓTULOS DE URNA DE CONTINGÊNCIA – PARA EMBALAGEM DA URNA</b> Tamanho: formato 140 mm x</p>



					97 mm, cartão tríplex, 1 lâmina em cartão tríplex FSC 300g/m2, 4x0 cores, refile final. Tipo de papel: couché, gramatura 250g. Os rótulos deverão ser entregues cortados (guilhotinados), embalados em <b>pacotes contendo 100 unidades</b> , separados por zona e município. (vide modelo em anexo da zona 001 - <b>SEGEI</b> ).
46	UND	11.000	467586	70%	<b>RÓTULOS DE URNA DE SEÇÃO - PARA PORTA DOCUMENTOS (BOLSA PLÁSTICA/ACRÍLICA) DO GABINETE DA URNA</b> Tamanho: formato 150 mm x 50 mm, cartão tríplex, 1 lâmina em cartão tríplex FSC 300g/m2, 4x0 cores, refile final. Tipo de papel: couché, gramatura 250g. Os rótulos deverão ser

					entregues cortados (guilhotinados), embalados em <b>pacotes contendo 100 unidades</b> , separados por ordem numérica/alfabética de zona, seção e município. Cada rótulo possui uma sequência de cor por zona eleitoral e por município e numeração individual do número da seção eleitoral, não repetida. Cada rótulo é único. (vide modelo em anexo da zona 001 - <b>SEGEI</b> ).
47	UND	2.000	467586	70%	<b>RÓTULOS DE URNA DE CONTINGÊNCIA – PARA PORTA DOCUMENTOS (BOLSA PLÁSTICA/ACRÍLICA) DO GABINETE DA URNA</b> Tamanho: formato 150 mm x 50 mm, cartão tríplex, 1 lâmina em cartão tríplex FSC 300g/m2, 4x0

					cores, refile final. Tipo de papel: couché, gramatura 250g. Os rótulos deverão ser entregues cortados (guilhotinados), embalados em <b>pacotes contendo 100 unidades</b> , separados por zona e município. (vide modelo em anexo da zona 001- <b>SEGEI</b> ).
48	BL	600	467590	70%	<p><b>SENHA em Papel Jornal</b>, formato 65mm de largura x55mm de altura, impressão em off-set na cor preta, conforme modelo.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p> <p>Apresentação: Pacote em blocos contendo 500 senhas, embalados com plástico transparente.</p>

1.2. A licitação será realizada **POR ITEM**, conforme tabela constante no item **1.1** deste edital e no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO** e o regime de execução do objeto será o de **FORNECIMENTO IMEDIATO**, a ser executado mediante entrega única, observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes ao Registro de Preços são as estabelecidas na minuta da Ata constante no Anexo IV deste Edital.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico **apenas as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme dispõe o art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006**, que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**3.1.1. As empresas participantes desta licitação deverão estar localizadas em um raio máximo de 190 (cento e noventa) Km da cidade de João Pessoa/PB, como forma de garantir o acompanhamento "in loco" dos serviços, frente às determinações contratuais. Esta restrição às empresas, se faz necessária para evitar atrasos na confecção e/ou envio de material para o TRE-PB e evitar repetição de problemas e consequentemente aplicação de penalidade à empresa por inexecução contratual.**

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item **3.1** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. O benefício a que se refere item **3.1** fica limitado às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

### 3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

- 3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.7.11. empresas em processo de recuperação judicial ou extrajudicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação, salvo se apresentar a comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, ou decisão judicial que a desobrigue da apresentação da certidão negativa, ou, ainda, comprove a capacidade econômico-financeira da empresa (conforme jurisprudência do STJ no Resp. n.º 1173735/RN.T4 e no AgRg na MC n.º 23.499/RS.T2, do TCU no Acórdão n.º 8.271/2011 – 2.ª Câmara e da AGU no Parecer 4/2015/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU, exarado no Processo n.º 00407.000226/2015-22);
- 3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.9. O impedimento de que trata o item **3.7.6.** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **3.7.4.** e **3.7.5.** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

- 3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.12. O disposto nos itens **3.7.4.** e **3.7.5.** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 3.14. A vedação de que trata o item **3.8.** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
  - 4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
  - 4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
  - 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei; constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações;

4.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.9. A falsidade da declaração de que trata os itens **4.3, 4.6 ou 4.8** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, **sendo vedado**:

4.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item **4.13**. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, **no sistema eletrônico**, dos seguintes campos:

**5.1.1. O VALOR UNITÁRIO DO ITEM;**

5.1.1.1. Não serão permitidas ofertas parciais, em relação aos quantitativos totais fixados para o **ITEM**;

5.1.1.2. Caso o valor total e/ou os valores unitários decorrentes do preço total proposto contenham mais de duas casas após a vírgula, as casas decimais excedentes serão desconsideradas pelo(a) pregoeiro(a), ainda que seja reduzido o preço total do Item, sendo esta alteração considerada uma negociação.

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Modelo (se houver);

5.1.5. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, Anexo I do Edital;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo constante na proposta de preços do produto, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Caso a adjudicação não possa ocorrer dentro do período de validade da proposta, por motivo de força maior, o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba poderá solicitar a prorrogação da validade por, no máximo, igual período.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.10. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.10.1. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

5.11. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

## 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. Os lances deverão ser ofertados pelo **VALOR UNITÁRIO DO ITEM**.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.10.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.10.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **"MODO DE DISPUTA ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas

de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

6.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.19.1 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

6.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.19.8. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Resolução CNJ nº 497, de 2023;

6.20.3.1 Para fins do disposto no item **6.20.3**, serão consideradas ações de equidade, respeitada a seguinte ordem:

a) medidas de inserção, de participação e de ascensão profissional igualitária entre mulheres e homens, incluída a proporção de mulheres em cargos de direção do licitante;

b) ações de promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens em matéria de emprego e ocupação;

c) igualdade de remuneração e paridade salarial entre mulheres e homens;

d) práticas de prevenção e de enfrentamento do assédio moral e sexual;

e) programas destinados à equidade de gênero e de raça; e

f) ações em saúde e segurança do trabalho que considerem as diferenças entre os gêneros.

6.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2. empresas brasileiras;

6.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate estabelecidos nos itens **6.20 e 6.21**, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo, consoante disciplina o art. 28, parágrafo 2º, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo estabelecido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.**

6.23.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os preços unitários máximos constantes no **item 7.8** como critério de aceitabilidade.

6.23.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.23.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

6.23.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de até 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, **nos termos dos Anexos II do Termo de Referência - TR**, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;

6.23.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.25. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de desclassificação, **DECLARAÇÃO** de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item **3.7.** do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Atendidas as condições de participação do licitante, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício aplicado.

7.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. **Será desclassificada a proposta vencedora que:**

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou excessivos (permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação);

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável;

7.8. Considera-se preço excessivo, para fins de desclassificação, aquele que superar **os valores orçados pelo TRE/PB**, conforme tabela abaixo:

ITEM	UND	QTD	ESPECIFICAÇÕES	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
------	-----	-----	----------------	-------------------------	----------------------

01	CX	27	<p><b>ATA DE ELEIÇÃO</b> - no formato A4, papel branco de 75g/m<sup>2</sup>, impressão frente e verso em off-set (em cada página) na cor preta, sendo duas folhas frente e verso, grampeada.</p> <p><b>Modelo</b> - <b>apresentado pela ASCOM</b> - a ser definido por portaria específica e divulgado na página eletrônica do Tribunal Superior Eleitoral, conforme art. 184 da Res. TSE 23.751/2026 (*).</p> <p>Apresentação: Pacote com 1000 unidades cada um, embalados com plástico transparente.</p>	194,00	5.238,00
02	UND	30	<p><b>BANNER</b>, tamanho 1,20x0,80 m, em lona com brilho, gramatura de 380g, impressão digital e colorida, não devendo apresentar-se borrada nem com</p>	47,00	1.410,00



			manchas de impressão, com bastão em madeira revestida na parte superior e inferior, acabamento em ponteiros, com cordões em nylon (polietileno) de 6 mm de diâmetro, com impressão de arte distinta para cada banner. <b>Modelo apresentado pela ASCOM.</b>		
03	UND	3.000	<b>BOLSA EM NYLON</b> plastificado, na cor azul natiê, com as características abaixo especificadas conforme modelo: altura de 35cm; largura de 40cm; dorso lateral de 10cm; costura interna em linha de nylon 60, com sobra de aproximadamente 1cm; friso (vivo) de plástico, de 8mm nas costuras laterais; duas alças em cadarço de nylon trançado preto de	26,00	78.000,00

			<p>aproximadamente 3cm de largura e 80cm de comprimento, medidos costura a costura; zíper médio preto com dois cursores; bolsa para etiqueta, costurada, medindo 10x10cm em plástico l20 transparente; impressão serigráfica em uma cor.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p>		
04	UND	1.100	<p><b>CARIMBO</b>, com o nome <b>"NÃO COMPARECEU"</b>, tamanho 1,0 cm x 5,0cm, com cabo em madeira.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p>	9,63	10.593,00
05	CX	29	<p><b>CARTAZ PARA SEÇÃO – proibido filmar e proibido celular</b>, impressão em cartolina branca de 180g/m2, medindo 33cm x 25cm, 4x0,</p>	490,00	14.210,00

			conforme modelo apresentado. <b>Arquivo apresentado pela ASCOM.</b> Apresentação: Embalagem em caixas contendo 1.000 cartazes.		
06	CX	28	<b>CARTAZ PARA SEÇÃO "AQUI VOTAM OS ELEITORES DA _____",</b> em cartolina azul, impressão frente em off-set na cor preta, 180g/m2, medindo 33cm x 25cm, conforme modelo. <b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b> Apresentação: Embalagem em caixas contendo 1.000 formulários cada.	380,00	10.640,00
07	CX	9	<b>CARTAZ "A SERVIÇO DA JUSTIÇA ELEITORAL",</b> impressão em cartolina branca, 180g/m2,	264,46	2.380,14

			<p>impressão em off-set na cor preta, tamanho 39cmx11cm, com espaço para identificação da placa do veículo, conforme modelo.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p> <p>Apresentação: Caixa contendo 1.000 cartazes cada.</p>		
08	CX	22	<p><b>CARTAZ PARA SEÇÃO - sem impressão,</b> em cartolina BRANCA, 120g/m2, TAMANHO 210mm x 297mm.</p> <p>Apresentação: Caixas contendo 1.000 cartazes cada.</p>	235,00	5.170,00
09	CX	10	<p><b>CARTAZ,</b> tamanho 420x594 mm, em papel de outdoor, gramatura 90g, cor 4x0, com pedido mínimo de 1000 unidades impressas, para cada arte.</p>	800,00	8.000,00

			<b>Modelo apresentado pela ASCOM.</b> Apresentação: Caixa contendo 1.000 cartazes.		
10	CX	19	<b>CARTAZ COM SETA INDICATIVA,</b> impressão em cartolina branca, 180g/m <sup>2</sup> , impressão em off-set na cor preta, tamanho 39cm x 11cm. Para direcionamento do fluxo de eleitores.  <b>Modelo apresentado pela ASCOM.</b> Apresentação: Caixas contendo 1.000 cartazes cada.	254,46	4.834,74
11	CX	22	<b>CARTAZ INFORMATIVO SOBRE AUTORIZAÇÃO DO VOTO ACOMPANHADO,</b> conforme previsão legal, reforçando a acessibilidade e a inclusão. Impressão em cartolina branca de 180g/m <sup>2</sup> ,	380,00	8.360,00

			medindo 33cm x 25cm. <b>Modelo apresentado pela ASCOM.</b> Apresentação: Caixas contendo 1.000 cartazes cada.		
12	CX	22	<b>CARTAZ COM O TEXTO "Deixe aqui o seu celular",</b> para reforçar a vedação ao uso de aparelhos eletrônicos na cabine de votação. Impressão em cartolina branca, impressão em off-set na cor preta, 180g/m², medindo 33cm x 25cm. <b>Modelo apresentado pela ASCOM.</b> Apresentação: Caixas contendo 1.000 cartazes cada.	344,79	7.585,38
13	CX	22	<b>CARTAZ CONTENDO AS PRIORIDADES DE ATENDIMENTO PREVISTAS EM LEI,</b> com a finalidade de	550,00	12.100,00

			<p>orientar eleitores e equipes quanto à ordem preferencial de atendimento, promovendo transparência, respeito aos direitos assegurados e padronização da informação nos locais de votação. Impressão em cartolina branca de 180g/m<sup>2</sup>, formato A3.</p> <p><b>Modelo apresentado pela ASCOM.</b></p> <p>Apresentação: Caixas contendo 1.000 cartazes cada.</p>		
14	CX	23	<p><b>CARTAZ COM O QR-CODE DIRECIONANDO PARA CONSULTA DE LOCAL DE VOTAÇÃO NO SÍTIO DO TSE,</b> que permite o eleitor identificar sua seção eleitoral e local de votação através da página de autoatendimento do TSE, reduzindo filas, otimizando o</p>	380,00	8.740,00

			<p>atendimento presencial e promovendo maior inclusão digital. Impressão em cartolina branca de 180g/m<sup>2</sup>, medindo 33cm x 25cm.</p> <p><b>Modelo apresentado pela ASCOM.</b></p> <p>Apresentação: Caixas contendo 1.000 cartazes cada.</p>		
15	CX	5	<p><b>CARTÃO identificador da bolsa,</b> para acondicionamento de material em cartolina branca, impressão frente em off-set na cor preta, medindo 10cm altura x 9,5cm de largura, conforme modelo.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p> <p>Apresentação: Caixas contendo 1.000 cartões cada.</p>	220,00	1.100,00
16	UND	2.400	<b>CARTÃO identificação para</b>	2,15	5.160,00



			<b>crachá institucional,</b> material pvc, comprimento 86, largura 54, características adicionais adesivado, espessura 0,46, cor branca.  Apresentação: Pacotes com 100 unidades cada um, embalados com plástico transparente.		
17	CX	100	<b>CÉDULA ELEITORAL "Majoritária"</b> (Presidente), confeccionada em papel opaco AMARELO de 75g/m <sup>2</sup> , impressão frente e verso em off-set nas cores "preto" e "branco", com uma tarja na horizontal, 84mm de altura e 191mm de largura, e 84mm de largura após a dobra.  <b>Arquivo apresentado pela ASCOM</b> a ser definido por portaria específica	66,74	6.674,00

			<p>e divulgado na página eletrônica do Tribunal Superior Eleitoral, conforme art. 184 da Res. TSE 23.751/2026.</p> <p>Apresentação: Pacotes contendo 1.000 unidades, cada um, embalados em plástico transparente.</p>		
18	CX	60	<p><b>CÉDULA ELEITORAL "Majoritária"</b> (Governador e e Senador), confeccionada em papel opaco AMARELO de 75g/m<sup>2</sup>, impressão frente e verso em off-set nas cores "preto" e "branco", com uma tarja na horizontal, 84mm de altura e 191mm de largura, e 84mm de largura após a dobra.</p> <p><b>Arquivo apresentado pela ASCOM</b> a ser definido por portaria específica e divulgado na</p>	61,74	3.704,40

			<p>página eletrônica do Tribunal Superior Eleitoral, conforme art. 184 da Res. TSE 23.751/2026.</p> <p>Apresentação: Pacotes contendo 1.000 unidades, cada um, embalados em plástico transparente.</p>		
19	CX	60	<p><b>CÉDULA ELEITORAL “Majoritária”</b> (Governador), confeccionada em papel opaco AMARELO de 75g/m<sup>2</sup>, impressão frente e verso em off-set nas cores “preto” e “branco”, com uma tarja na horizontal, 84mm de altura e 191mm de largura, e 84mm de largura após a dobra.</p> <p><b>Arquivo apresentado pela ASCOM</b> a ser definido por portaria específica e divulgado na página eletrônica do Tribunal</p>	61,74	3.704,40

			<p>Superior Eleitoral, conforme art. 184 da Res. TSE 23.751/2026.</p> <p>Apresentação: Pacotes contendo 1.000 unidades, cada um, embalados em plástico transparente.</p>		
20	CX	60	<p><b>CÉDULA ELEITORAL “Proporcional”</b> (Deputado Estadual e Federal)), confeccionada em papel opaco BRANCO de 75g/m<sup>2</sup>, impressão frente e verso em off-set nas cores “preto” e “branco”, com uma tarja na horizontal, 84mm de altura e 191mm de largura, e 84mm de largura após a dobra.</p> <p><b>Arquivo apresentado pela ASCOM</b> a ser definido por portaria específica e divulgado na página eletrônica do Tribunal Superior Eleitoral,</p>	70,51	4.230,60

			conforme art. 184 da Res. TSE 23.751/2026. Apresentação: Pacotes contendo 1.000 unidades, cada um, embalados com plástico transparente.		
21	UND	2.400	<b>CORDÃO para crachá personalizado</b> com arte do TRE-PB , realizada em alta resolução, sem restrições de cores, desenhos, imagens e logos, com 25mm x 85cm, impressão digital por sublimação, frente e verso, finalizado com fixador de solda niquelado, argola e mosquetão para crachá. <b>Arte enviada pela ASCOM</b> Apresentação: Pacotes contendo 50 unidades, cada um, embalados com plástico transparente.	2,97	7.128,00
22	UND	3.000	<b>CORDÃO PARA CRACHÁ,</b> em	0,77	2.310,00

			<p>silicone transparente, comprimento 90 cm, modelo com solda, com ponteira em metal nas duas extremidades, (não acompanha crachá).</p> <p>Apresentação: Embalados com 100 unidades por pacote.</p>		
23	UND	10.000	<p><b>CRACHÁ Apoio,</b> em papel triplex branco de 250g/m, tamanho 10x15cm, com impressão em off-set 2x0, (preto e azul marinho), fixado em cordão rabo de rato branco de 85cm, com 02 furos, conforme modelo apresentado.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p> <p>Apresentação: Pacotes com 100 unidades cada um, embalados com plástico transparente.</p>	0,93	9.300,00

24	UND	100	<b>CRACHÁ Chefe de Cartório</b> , em papel triplex branco de 250g/m, tamanho 10x15cm, com impressão em off-set 1x0, fixado em cordão rabo de rato branco de 85cm, com 02 furos. <b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b> Apresentação: Pacotes com 100 unidades cada um, embalados com plástico transparente.	1,20	120,00
25	UND	2.700	<b>CRACHÁ Gerente de Local de Votação</b> , em papel triplex branco de 250g/m, tamanho 10x15cm, com impressão em off-set 1x0, fixado em cordão rabo de rato branco de 85cm, com 02 furos, conforme modelo. <b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b> Apresentação: Pacotes com 100	1,05	2.835,00

			unidades cada um, embalados com plástico transparente.		
26	UND	170	<b>CRACHÁ Juiz Eleitoral</b> , em papel triplex branco de 250g/m, tamanho 10x15cm, com impressão em off-set 2x0, (preto e cinza), fixado em cordão rabo de rato branco de 85cm, com 02 furo  <b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b>  Apresentação: Pacotes com 50 unidades cada um, embalados com plástico transparente.	1,20	204,00
27	UND	300	<b>CRACHÁ Oficial de Justiça</b> , em papel triplex branco de 250g/m, tamanho 10x15cm, com impressão em off-set 2x0 (preto e marrom), fixado em cordão rabo de rato branco de 85cm, com 02 furos.	1,20	360,00



			<b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b> Apresentação: Pacotes com 100 unidades cada um, embalados com plástico transparente.		
28	UND	33.000	<b>CRACHÁ Membro de Mesa Eleitoral,</b> em papel triplex branco de 250g/m, tamanho 10x15cm, com impressão em off-set 1x0, fixado em cordão rabo de rato branco de 85cm, com 02 furos. <b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b> Apresentação: Pacotes com 100 unidades cada um, embalados com plástico transparente.	1,05	34.650,00
29	UND	400	<b>CRACHÁ Membro de Junta Eleitoral,</b> em papel triplex branco de 250g/m, tamanho 10x15cm, com impressão em off-	1,20	480,00

			<p>set 1x0, fixado em cordão rabo de rato branco de 85cm, com 02 furos.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p> <p>Apresentação: Pacotes com 100 unidades cada um, embalados com plástico transparente.</p>		
30	UND	16.000	<p><b>CRACHÁ Presidente de Mesa Eleitoral,</b> em papel triplex branco de 250g/m, tamanho 10x15cm, com impressão em off-set 1x0, fixado em cordão rabo de rato branco de 85cm, com 02 furos.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p> <p>Apresentação: Pacotes com 100 unidades cada um, embalados com plástico transparente.</p>	1,05	16.800,00
31	UND	160	<b>CRACHÁ Promotor</b>	1,20	192,00

			<p><b>Eleitoral</b>, em papel triplex branco de 250g/m, tamanho 10 x 15, com impressão em off-set 2x0, (preto e amarelo), fixado em cordão rabo de rato branco de 85cm, com 02 furos.</p> <p>Modelo apresentado pela <b>SEGMAC</b>.</p> <p>Apresentação: Pacotes com 50 unidades cada um, embalados com plástico transparente.</p>		
32	UND	4.000	<p><b>CRACHÁ</b>. Material: plástico transparente. Características Adicionais: com cordão para identificação em PVC com ponteira metálica. Formato: vertical (abertura superior). Medida: 11x16 (comprimento x altura), aproximadamente.</p> <p>Apresentação: embalagem com</p>	2,65	10.600,00

			pacotes de 50 unidades.		
33	UND	20.000	<b>ENVELOPE</b> em papel branco, 120g/m², tamanho 36x26cm, off-set na cor preta. <b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b> Apresentação: Pacotes com 100 unidades cada um, embalados com plástico transparente.	0,97	19.400,00
34	UND	18.000	<b>ENVELOPE protetor tipo safepack,</b> para transporte de BU e memória de resultado, confeccionado em papel reciclado) de 120g/m², impermeável, com bordas laterais prensadas, com fita adesiva para fechamento (não utilizar cola), medindo aproximadamente 12,5x18cm (aberto), personalizado com o brasão da	1,18	21.240,00

			<p>república, medindo 2,0cm (alinhamento a esquerda) e, ao lado do brasão, os dizeres centralizados "JUSTIÇA ELEITORAL", e, abaixo "TRE-PB" e mídia de resultados, com margem superior de 3,0cm e impressão na cor preta, e, em seguida, dizeres da Zona Eleitoral e da Seção Eleitoral.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p> <p>Apresentação: Embalado com plástico transparente, em pacotes contendo 50 unidades cada.</p>		
35	UND	500	<p><b>FAIXA EM TECIDO</b> (BRAMANTE OU MORIM), para divulgação do pleito 2024, montadas com acabamento de madeira nas extremidades, dimensões:</p>	117,99	58.995,00

			<p>comprimento de 300cm e largura de 80cm; o tecido e as tintas aplicadas deverão ser de boa qualidade, assim como a madeira de acabamento, cujas extremidades devem ser serradas, sem pontas, que permitam estender a própria faixa, possibilitando a leitura do que houver escrito; faixas dotadas de quatro cordões de nylon (polietileno) ou material similar, 2mm de diâmetro e 3m de comprimento, cada peça, para afixação.</p> <p><b>Modelo e arquivo apresentado pela ASCOM.</b></p>		
36	CX	27	<p><b>FORMULÁRIO para Controle de Comparecimento de Mesários,</b> formato A4, em papel branco de 75g/m<sup>2</sup>, impressão frente em off-set na</p>	100,00	2.700,00

			<p>cor preta, conforme modelo.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p> <p>Apresentação: Embalado em pacotes contendo 1.000 formulários.</p>		
37	CX	120	<p><b>FORMULÁRIO para Identificação de Eleitor com Deficiência ou Mobilidade Reduzida</b> - tamanho 14,7x6,9cm, papel AP 75g/m2, impressão em preto e branco.</p> <p><b>Modelo - apresentado pela ASCOM</b> - a ser definido por portaria específica e divulgado na página eletrônica do Tribunal Superior Eleitoral, conforme art. 184 da Res. TSE 23.751/2026.</p> <p>Apresentação: Embalagens em caixas contendo 1.000 formulários.</p>	101,46	12.175,20

38	UND	110.000	<b>FORMULÁRIO "REQUERIMENTO DE JUSTIFICATIVA ELEITORAL"</b> (RJE), em papel AP 75g/m <sup>2</sup> , dimensões: 29,5cm x 8,5cm, impressão em preto e branco.  <b>Modelo - apresentado pela ASCOM</b> - a ser definido por portaria específica e divulgado na página eletrônica do Tribunal Superior Eleitoral, conforme art. 184 da Res. TSE 23.751/2026.  Apresentação: Pacotes com 500 unidades, cada um, embalados com plástico transparente.	0,13	14.300,00
39	CX	28	<b>Lei 9.504/1997 – art. 39-A (acrescentado pela lei 12.034)</b> no formato A4, papel branco de 75g/m <sup>2</sup> , impressão frente em off-set na	100,00	2.800,00



			<p>cor preta e em uma única via.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p> <p>Apresentação: Embalado em pacotes contendo 1.000 formulários.</p>		
40	CX	30	<p><b>LISTAGEM de Candidatos para cabina</b>, em papel branco de 150 g/m<sup>2</sup>, impressão em off-set na cor preta, tamanho 48x66cm, sendo de 10 a 15 matrizes diferentes, conforme modelo.</p> <p><b>Arquivo apresentado pela ASCOM</b></p> <p>Apresentação: Embalagens em caixas contendo 1.000 formulários.</p>	1.200,00	36.000,00
41	UND	8.000	<p><b>PAPEL MADEIRA</b> gramatura 80g/m<sup>2</sup>, reciclado, medindo 66 x 96 cm, aproximadamente. O papel deverá ser confeccionado com madeira de origem</p>	1,47	11.760,00

			legal, manejo sustentável. Apresentação: Embalagem em pacotes com 100 unidades cada.		
42	UND	2.400	<b>PRESILHA para crachá institucional</b> , tipo jacaré, removível, com alça leitosa, produzido em aço com acabamento niquelado e alça de polietileno. Apresentação: pacote com 50 unidades, cada.	0,81	1.944,00
43	BL	2.500	<b>RECIBO DE QUITAÇÃO DE ENTREGA DE URNAS E SOBRA DE MATERIAIS DAS ELEIÇÕES</b> em 02 vias, sendo a 1ª branca e a 2ª rosa, serrilhado e colado na lateral esquerda, em papel autocopiativo, impressão em off-set na cor preta, formato 10,5x21cm, sendo cada <u>bloco: 25x02</u> . <b>Modelo apresentado pela</b>	7,65	19.125,00

			<b>SEGMAC.</b>		
--	--	--	----------------	--	--

44	UND	11.000	<b>RÓTULOS DE URNA DE SEÇÃO – PARA EMBALAGEM DA URNA</b> Tamanho: formato 140 mm x 97 mm, cartão tríplex, 1 lâmina em cartão tríplex FSC 300g/m2, 4x0 cores, refil final. Tipo de papel: couché, gramatura 250g. Os rótulos deverão ser entregues cortados (guilhotinados), embalados em <b>pacotes contendo 100 unidades</b> , separados por ordem numérica/alfabética de zona, seção e município. Cada rótulo possui uma sequência de cor por zona eleitoral e por município e numeração individual do número da seção eleitoral, não repetida. Cada rótulo é único.(vide modelo em anexo da zona 001 - <b>SEGEI</b> ).	1,05	11.550,00
----	-----	--------	---	------	-----------

45	UND	2.000	<b>RÓTULOS DE URNA DE CONTINGÊNCIA – PARA EMBALAGEM DA URNA</b> Tamanho: formato 140 mm x 97 mm, cartão tríplex, 1 lâmina em cartão tríplex FSC 300g/m2, 4x0 cores, refil final. Tipo de papel: couché, gramatura 250g. Os rótulos deverão ser entregues cortados (guilhotinados), embalados em <b>pacotes contendo 100 unidades</b> , separados por zona e município. (vide modelo em anexo da zona 001 - <b>SEGEI</b> ).	1,05	2.100,00
46	UND	11.000	<b>RÓTULOS DE URNA DE SEÇÃO – PARA PORTA DOCUMENTOS (BOLSA PLÁSTICA/ACRÍLICA) DO GABINETE DA URNA</b> Tamanho: formato 150 mm x 50 mm, cartão	1,05	11.550,00

			<p>tríplex, 1 lâmina em cartão tríplex FSC 300g/m2, 4x0 cores, refile final. Tipo de papel: couché, gramatura 250g. Os rótulos deverão ser entregues cortados (guilhotinados), embalados em <b>pacotes contendo 100 unidades</b>, separados por ordem numérica/alfabética de zona, seção e município. Cada rótulo possui uma sequência de cor por zona eleitoral e por município e numeração individual do número da seção eleitoral, não repetida. Cada rótulo é único. (vide modelo em anexo da zona 001 - <b>SEGEI</b>).</p>		
47	UND	2.000	<p><b>RÓTULOS DE URNA DE CONTINGÊNCIA – PARA PORTA DOCUMENTOS (BOLSA PLÁSTICA/ACRÍL</b></p>	1,05	2.100,00

			<b>ICA) DO GABINETE DA URNA</b> Tamanho: formato 150 mm x 50 mm, cartão tríplex, 1 lâmina em cartão tríplex FSC 300g/m2, 4x0 cores, refile final. Tipo de papel: couché, gramatura 250g. Os rótulos deverão ser entregues cortados (guilhotinados), embalados em <b>pacotes contendo 100 unidades</b> , separados por zona e município. (vide modelo em anexo da zona 001- <b>SEGEI</b> ).		
48	BL	600	<b>SENHA em Papel Jornal</b> , formato 65mm de largura x55mm de altura, impressão em off-set na cor preta, conforme modelo.  <b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b>  Apresentação: Pacote em blocos contendo 500 senhas, embalados	5,80	3.480,00

		com plástico transparente.	
--	--	----------------------------	--

7.8.1. O orçamento estimado da contratação objeto da presente licitação não será de caráter sigiloso.

7.9. Considera-se **preço manifestamente inexequível**, para fins de desclassificação, aquele que o licitante não comprove a sua viabilidade, quando contestada;

7.9.1. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9.2. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.9.2.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.2.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. A inobservância do prazo fixado pelo TRE/PB para a entrega das respostas e/ou informações solicitadas em eventual diligência ou ainda o envio de informações ou documentos considerados insuficientes ou incompletos ocasionará a desclassificação da proposta.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.13.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.13.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.13.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 – A habilitação do licitante, nos termos da Lei nº 14.133/2021, será verificada mediante:



**8.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

8.1.1.1. Inscrição no Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.1.1.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

**8.1.2. REGULARIDADE FISCAL E SOCIAL:**

8.1.2.1. consulta ao **SICAF**, constatando-se a sua regularidade perante a Fazenda Nacional (Certidão de Regularidade de Tributos Federais), Fazenda Estadual (Certidão de Regularidade), Fazenda Municipal (Certidão de Regularidade), Seguridade Social (Certidão de Regularidade – CND) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Certidão de Regularidade – CRF).

**8.1.3. REGULARIDADE TRABALHISTA:**

8.1.3.1. apresentação de prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa válida (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, podendo-se fazer consulta **"on line"** ao sítio do **TST**.

**8.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL:**

8.1.4.1. Comprovação de aptidão por meio de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando o desempenho satisfatório de atividade pertinente e compatível com o objeto do presente certame, nos quantitativos mínimos (art. 67, § § 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021):

PARA O ITEM 03	1.500 UND
PARA O ITEM 28	16.500 UND
PARA O ITEM 35	250 UND
PARA O ITEM 40	15 UND

8.1.4.1.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;

8.1.4.1.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

8.1.4.1.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

#### 8.1.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

8.1.5.1. apresentação da certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, a menos de **90 (noventa) dias** da data prevista para abertura da licitação.

#### 8.1.6. A documentação exigida para fins de habilitação fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.1.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por outros meios hábeis, inclusive eletrônico.

8.1.8. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.1.9. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.1.10. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a **DECLARAÇÃO** de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.1.11. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.1.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.1.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.1.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.1.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**8.1.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.**

8.1.14. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.1.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.1.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.1.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.1.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.1.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.1.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **8.1.13.1**.

8.1.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.1.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

## 9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente

justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

9.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

9.8.1. Em caso de prorrogação da Ata de Registro de Preços, serão restabelecidos os quantitativos inicialmente registrados, cujos valores poderão ser reajustados mediante a aplicação do índice previsto no Termo de Referência/Minuta da ARP.

9.9 - A ata de registro de preços, durante sua validade, **não poderá** ser utilizada por qualquer outro órgão ou entidade da Administração Pública.

## 10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observado o valor estimado, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## 11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de **30 (trinta) minutos**.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo administrativo que originou o presente edital (**SEI nº 0002567-29.2026.6.15.8000**) estão com vista franqueada aos interessados, na Comissão Permanente de Licitação, localizada no 3º andar do Edifício Sede do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, podendo, ainda, o inteiro teor dos autos ser disponibilizado, de forma eletrônica, mediante solicitação endereçada ao e-mail [cpl@tre-pb.jus.br](mailto:cpl@tre-pb.jus.br).

## 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

**12.1.** Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021 e da Portaria nº 301/2023 - TRE-PB/PTRE/ASPRE](#), o licitante ou o contratado que:

- 12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 12.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato
- 12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](#)

**12.2.** O licitante ou o contratado que incorrer em infração administrativa prevista no item **12.1**, apurada em regular processo administrativo, com garantia de contraditório e ampla defesa, sujeitar-se-á às seguintes sanções:

- 12.2.1. advertência;
- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar;
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**12.3.** A aplicação das sanções previstas no item **12.2** não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.4. A sanção de advertência será aplicável na hipótese de inexecução parcial do contrato que não implique em grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, bem como na hipótese de descumprimento de pequena relevância praticado pelo contratado e que não justifique imposição de penalidade mais grave.

12.5. A multa será aplicada, isolada ou cumulativamente com outras penalidades previstas no item **12.2.**, ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item **12.1.**

- 12.5.1. A multa compensatória será calculada no percentual de 15% (quinze por cento) do valor da ordem de compra.

12.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será obtida observando-se a seguinte ordem:

12.5.2.1. utilização da garantia eventualmente prestada;

12.5.2.2. compensação dos créditos de outros contratos firmados pelo contratado com este Regional, na forma do termo de referência, do edital ou do contrato;

12.5.2.3. por via judicial.

12.5.3. O atraso injustificado na execução do pactuado sujeitará o contratado a multa de mora de 0,5 (zero vírgula cinco por cento) ao dia sobre o valor da ordem de compra, limitado a 15%.

12.5.4. A aplicação de multa moratória não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções dispostas no item **12.2.**

12.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no item **12.2.** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens **12.1.2., 12.1.3., 12.1.4., 12.1.5., 12.1.6. e 12.1.7.**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.7. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens **12.1.8., 12.1.9., 12.1.10., 12.1.11. e 12.1.12.**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **12.1.2., 12.1.3., 12.1.4., 12.1.5., 12.1.6. e 12.1.7.** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item **12.6.**, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.8. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar requererá a condução de processo de responsabilização por Comissão Permanente de Responsabilização de Licitantes e Contratados - CPRLC.

12.9. Na aplicação das sanções, a autoridade competente considerará:

12.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.9.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos nesta última Lei.

12.11. Da aplicação das sanções previstas nos itens **12.2.1, 12.2.2. e 12.2.3.** caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

12.11.1. O recurso de que trata o **item 12.11.** será dirigido à Diretoria-Geral, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à Presidência, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

12.12. Da aplicação da sanção prevista no item **12.2.4** caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo meio do e-mail **cpl@tre-pb.jus.br**

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1 – As despesas decorrentes da possível contratação objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento de Pleitos Eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba para o exercício de 2026, Programa de Trabalho Resumido - PTRES 167864, Elemento de Despesa 33.90.30, Plano Interno MAT SERIMP.

### **15. DO CONTRATO**

15.1 - O contrato de fornecimento será formalizado por meio de ordem de compra e de nota de empenho, conforme art. 95 da Lei n.º 14.133/2021.



15.2 - O licitante vencedor será convocado para retirar a nota de empenho, devendo fazê-lo no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, a contar da data de recebimento da convocação, salvo motivo justificado e devidamente aceito pela Administração, podendo solicitar a prorrogação do prazo, uma única vez, e por igual período, conforme estatui o parágrafo primeiro do art. 90 da Lei n.º 14.133/2021, sob pena de sujeitar-se às sanções legais previstas neste edital;

15.2.1 - quando o licitante vencedor não apresentar situação regular no ato da emissão da Nota de Empenho, ou recusar-se a retirar a mesma injustificadamente, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

## **16. DA FISCALIZAÇÃO, DA GESTÃO DA ARP, DA GESTÃO DO CONTRATO, DA ENTREGA DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

16.1 Conforme constam no Termo de Referência, Anexo I deste edital.

## **17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia, do formalismo moderado e do interesse público.

17.9. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – **Cadin** e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

17.9.1. A existência de registro no **Cadin** constitui fator impeditivo para a contratação.

**17.10. As empresas contratadas para prestação de serviços com acesso à informações restritas ou sigilosas do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba deverão celebrar, no ato da assinatura do contrato, termo de responsabilidade e confidencialidade das informações, conforme anexo deste Edital;**

17.10.1 Os(as) profissionais empregados pelas contratadas referidas no item **17.10** que, na prestação dos serviços, tiverem acesso à informações restritas ou sigilosas do tribunal regional eleitoral da paraíba deverão assinar declaração de ciência do **Termo de Responsabilidade e Confidencialidade das Informações**, conforme anexo deste Edital, comprometendo-se a cumpri-lo.

**17.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.**

17.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico <https://www.tre-pb.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-de-contratacoes/licitacoes/licitacoes>.

17.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos e apêndices:

17.13.1. ANEXO I - Termo de Referência - TR (2342979);

17.13.2 ANEXO II - Das Especificações e dos Quantitativos;

17.13.3. ANEXO III - Estudo Técnico Preliminar (2342978);

17.13.4. ANEXO IV – Minuta da ARP (2369439);

17.13.5. ANEXO V – Termo de Responsabilidade e Confidencialidade das Informações do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba - Contratações;

17.13.6. ANEXO VI - Modelo de Declaração de Ciência do Termo de Responsabilidade e Confidencialidade das Informações do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba.

João Pessoa (PB), 26 de maio de 2026.

**ANDREZA ALVES GOMES**  
**PREGOEIRO(A)**



Documento assinado eletronicamente por ANDREZA ALVES GOMES em 26/05/2026, às 09:31, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2006/lei_11419_2006.htm).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=2387518&crc=61754620](https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=2387518&crc=61754620), informando, caso não preenchido, o código verificador **2387518** e o código CRC **61754620**..

---

---

0002567-29.2026.6.15.8000

2387518v3



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2026  
(Processo SEI n.º 0002567-29.2026.6.15.8000)**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**



Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba  
Avenida Princesa Isabel, 201 - Bairro Centro - CEP 58020-911 - João Pessoa - PB

## Contratação - Termo de Referência Material Consumo nº 14/2026 - TRE-PB/PTRE/DG/SAD/COMAT/SEGMAC

### 1- CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

#### 1.1 OBJETO

Aquisição de material gráfico para atender as demandas das Eleições Gerais de 2026 (1º Turno e 2º Turno, se houver), conforme especificações e descrição.

TE M	U N D	Q T D	CAT MAT	EXPECT ATIVA DE CONSU MO	ESPECIFICAÇÕES
01	C X	2 7	4674 83	70%	<p><b>ATA DE ELEIÇÃO</b> - no formato A4, papel branco de 75g/m<sup>2</sup>, impressão frente e verso em off-set (em cada página) na cor preta, sendo duas folhas frente e verso, grampeada.</p> <p><b>Modelo - apresentado pela ASCOM</b> - a ser definido por portaria específica e divulgado na página eletrônica do Tribunal Superior Eleitoral, conforme art. 184 da Res. TSE 23.751/2026 (*).</p> <p>Apresentação: Pacote com 1000 unidades cada um, embalados com plástico transparente.</p>
02	U N D	3 0	4868 07	70%	<p><b>BANNER</b>, tamanho 1,20x0,80m, em lona com brilho, gramatura de 380g, impressão digital e colorida, não devendo apresentar-se borrada nem com manchas de impressão, com bastão em madeira revestida na parte superior e inferior, acabamento em ponteiros, com cordões em nylon (polietileno) de 6 mm de diâmetro, com impressão de arte distinta para cada banner.</p>

					<b>Modelo apresentado pela ASCOM.</b>
03	UND	3.000	374329	70%	<p><b>BOLSA EM NYLON</b> plastificado, na cor azul natiê, com as características abaixo especificadas conforme modelo: altura de 35cm; largura de 40cm; dorso lateral de 10cm; costura interna em linha de nylon 60, com sobra de aproximadamente 1cm; friso (vivo) de plástico, de 8mm nas costuras laterais; duas alças em cadarço de nylon trançado preto de aproximadamente 3cm de largura e 80cm de comprimento, medidos costura a costura; zíper médio preto com dois cursores; bolsa para etiqueta, costurada, medindo 10x10cm em plástico l20 transparente; impressão serigráfica em uma cor.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p>
04	UND	1.100	456443	70%	<p><b>CARIMBO</b>, com o nome "<b>NÃO COMPARECEU</b>", tamanho 1,0 cm x 5,0cm, com cabo em madeira.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p>
05	CX	29	4367	70%	<p><b>CARTAZ PARA SEÇÃO – proibido filmar e proibido celular</b>, impressão em cartolina branca de 180g/m2, medindo 33cm x 25cm, 4x0, conforme modelo apresentado.</p> <p><b>Arquivo apresentado pela ASCOM.</b></p> <p>Apresentação: Embalagem em caixas contendo 1.000 cartazes.</p>
06	CX	28	4367	70%	<p><b>CARTAZ PARA SEÇÃO "AQUI VOTAM OS ELEITORES DA _____"</b>, em cartolina azul, impressão frente em off-set na cor preta, 180g/m2, medindo 33cm x 25cm, conforme modelo.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p> <p>Apresentação: Embalagem em caixas contendo 1.000 formulários cada.</p>

07	C X	9	4367	70%	<p><b>CARTAZ "A SERVIÇO DA JUSTIÇA ELEITORAL"</b>, impressão em cartolina branca, 180g/m<sup>2</sup>, impressão em off-set na cor preta, tamanho 39cmx11cm, com espaço para identificação da placa do veículo, conforme modelo.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p> <p>Apresentação: Caixa contendo 1.000 cartazes cada.</p>
08	C X	2 2	4367	70%	<p><b>CARTAZ PARA SEÇÃO - sem impressão</b>, em cartolina BRANCA, 120g/m<sup>2</sup>, , TAMANHO 210mm x 297mm.</p> <p>Apresentação: Caixas contendo 1.000 cartazes cada.</p>
09	C X	1 0	4367	70%	<p><b>CARTAZ</b>, tamanho 420x594 mm, em papel de outdoor, gramatura 90g, cor 4x0, com pedido mínimo de 1000 unidades impressas, para cada arte.</p> <p><b>Modelo apresentado pela ASCOM.</b></p> <p>Apresentação: Caixa contendo 1.000 cartazes.</p>
10	C X	1 9	4367	70%	<p><b>CARTAZ COM SETA INDICATIVA</b>, impressão em cartolina branca, 180g/m<sup>2</sup>, impressão em off-set na cor preta, tamanho 39cm x 11cm. Para direcionamento do fluxo de eleitores.</p> <p><b>Modelo apresentado pela ASCOM.</b></p> <p>Apresentação: Caixas contendo 1.000 cartazes cada.</p>
11	C X	2 2	4367	70%	<p><b>CARTAZ INFORMATIVO SOBRE AUTORIZAÇÃO DO VOTO ACOMPANHADO</b>, conforme previsão legal, reforçando a acessibilidade e a inclusão. Impressão em cartolina branca de 180g/m<sup>2</sup>, medindo 33cm x 25cm.</p> <p><b>Modelo apresentado pela ASCOM.</b></p> <p>Apresentação: Caixas contendo 1.000 cartazes cada.</p>

12	C X	2 2	4367	70%	<p><b>CARTAZ COM O TEXTO “Deixe aqui o seu celular”</b>, para reforçar a vedação ao uso de aparelhos eletrônicos na cabine de votação. Impressão em cartolina branca, impressão em off-set na cor preta, 180g/m<sup>2</sup>, medindo 33cm x 25cm.</p> <p><b>Modelo apresentado pela ASCOM.</b></p> <p>Apresentação: Caixas contendo 1.000 cartazes cada.</p>
13	C X	2 2	4367	70%	<p><b>CARTAZ CONTENDO AS PRIORIDADES DE ATENDIMENTO PREVISTAS EM LEI</b>, com a finalidade de orientar eleitores e equipes quanto à ordem preferencial de atendimento, promovendo transparência, respeito aos direitos assegurados e padronização da informação nos locais de votação. Impressão em cartolina branca de 180g/m<sup>2</sup>, formato A3.</p> <p><b>Modelo apresentado pela ASCOM.</b></p> <p>Apresentação: Caixas contendo 1.000 cartazes cada.</p>
14	C X	2 3	4367	70%	<p><b>CARTAZ COM O QR-CODE DIRECIONANDO PARA CONSULTA DE LOCAL DE VOTAÇÃO NO SÍTIO DO TSE</b>, que permite o eleitor identificar sua seção eleitoral e local de votação através da página de autoatendimento do TSE, reduzindo filas, otimizando o atendimento presencial e promovendo maior inclusão digital. Impressão em cartolina branca de 180g/m<sup>2</sup>, medindo 33cm x 25cm.</p> <p><b>Modelo apresentado pela ASCOM.</b></p> <p>Apresentação: Caixas contendo 1.000 cartazes cada.</p>
15	C X	5	2896 96	70%	<p><b>CARTÃO identificador da bolsa</b>, para acondicionamento de material em cartolina branca, impressão frente em off-set na cor preta, medindo 10cm altura x</p>



					<p>9,5cm de largura, conforme modelo.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p> <p>Apresentação: Caixas contendo 1.000 cartões cada.</p>
16	UND	2.400	439776	70%	<p><b>CARTÃO identificação para crachá institucional</b>, material pvc, comprimento 86, largura 54, características adicionais adesivado, espessura 0,46, cor branca.</p> <p>Apresentação: Pacotes com 100 unidades cada um, embalados com plástico transparente.</p>
17	CX	100	480267	70%	<p><b>CÉDULA ELEITORAL "Majoritária"</b> (Presidente), confeccionada em papel opaco AMARELO de 75g/m<sup>2</sup>, impressão frente e verso em off-set nas cores "preto" e "branco", com uma tarja na horizontal, 84mm de altura e 191mm de largura, e 84mm de largura após a dobra.</p> <p><b>Arquivo apresentado pela ASCOM</b> a ser definido por portaria específica e divulgado na página eletrônica do Tribunal Superior Eleitoral, conforme art. 184 da Res. TSE 23.751/2026.</p> <p>Apresentação: Pacotes contendo 1.000 unidades, cada um, embalados em plástico transparente.</p>
18	CX	60	480267	70%	<p><b>CÉDULA ELEITORAL "Majoritária"</b> (Governador e e Senador), confeccionada em papel opaco AMARELO de 75g/m<sup>2</sup>, impressão frente e verso em off-set nas cores "preto" e "branco", com uma tarja na horizontal, 84mm de altura e 191mm de largura, e 84mm de largura após a dobra.</p> <p><b>Arquivo apresentado pela ASCOM</b> a ser definido por portaria específica e divulgado na página eletrônica do Tribunal Superior Eleitoral, conforme art. 184 da Res. TSE 23.751/2026.</p> <p>Apresentação: Pacotes contendo 1.000 unidades, cada um,</p>

					embalados em plástico transparente.
19	C X	6 0	4802 67	70%	<p><b>CÉDULA ELEITORAL "Majoritária"</b> (Governador), confeccionada em papel opaco AMARELO de 75g/m<sup>2</sup>, impressão frente e verso em off-set nas cores "preto" e "branco", com uma tarja na horizontal, 84mm de altura e 191mm de largura, e 84mm de largura após a dobra.</p> <p><b>Arquivo apresentado pela ASCOM</b> a ser definido por portaria específica e divulgado na página eletrônica do Tribunal Superior Eleitoral, conforme art. 184 da Res. TSE 23.751/2026.</p> <p>Apresentação: Pacotes contendo 1.000 unidades, cada um, embalados em plástico transparente.</p>
20	C X	6 0	4802 67	70%	<p><b>CÉDULA ELEITORAL "Proporcional"</b> (Deputado Estadual e Federal)), confeccionada em papel opaco BRANCO de 75g/m<sup>2</sup>, impressão frente e verso em off-set nas cores "preto" e "branco", com uma tarja na horizontal, 84mm de altura e 191mm de largura, e 84mm de largura após a dobra.</p> <p><b>Arquivo apresentado pela ASCOM</b> a ser definido por portaria específica e divulgado na página eletrônica do Tribunal Superior Eleitoral, conforme art. 184 da Res. TSE 23.751/2026.</p> <p>Apresentação: Pacotes contendo 1.000 unidades, cada um, embalados com plástico transparente.</p>
21	U N D	2. 4 0 0	4614 84	70%	<p><b>CORDÃO para crachá personalizado</b> com arte do TRE-PB, realizada em alta resolução, sem restrições de cores, desenhos, imagens e logos, com 25mm x 85cm, impressão digital por sublimação, frente e verso, finalizado com fixador de solda niquelado, argola e mosquetão para crachá.</p> <p><b>Arte enviada pela ASCOM</b></p>

					Apresentação: Pacotes contendo 50 unidades, cada um, embalados com plástico transparente.
22	UND	3.000	275134	70%	<p><b>CORDÃO PARA CRACHÁ</b>, em silicone transparente, comprimento 90 cm, modelo com solda, com ponteira em metal nas duas extremidades, (não acompanha crachá).</p> <p>Apresentação: Embalados com 100 unidades por pacote.</p>
23	UND	1000	311792	70%	<p><b>CRACHÁ Apoio</b>, em papel triplex branco de 250g/m, tamanho 10x15cm, com impressão em off-set 2x0, (preto e azul marinho), fixado em cordão rabo de rato branco de 85cm, com 02 furos, conforme modelo apresentado.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p> <p>Apresentação: Pacotes com 100 unidades cada um, embalados com plástico transparente.</p>
24	UND	100	311793	70%	<p><b>CRACHÁ Chefe de Cartório</b>, em papel triplex branco de 250g/m, tamanho 10x15cm, com impressão em off-set 1x0, fixado em cordão rabo de rato branco de 85cm, com 02 furos.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p> <p>Apresentação: Pacotes com 100 unidades cada um, embalados com plástico transparente.</p>
25	UND	2.700	311793	70%	<p><b>CRACHÁ Gerente de Local de Votação</b>, em papel triplex branco de 250g/m, tamanho 10x15cm, com impressão em off-set 1x0, fixado em cordão rabo de rato branco de 85cm, com 02 furos, conforme modelo.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p> <p>Apresentação: Pacotes com 100 unidades cada um, embalados com plástico transparente.</p>
26	UND	170	311792	70%	<p><b>CRACHÁ Juiz Eleitoral</b>, em papel triplex branco de 250g/m, tamanho 10x15cm, com impressão em off-set 2x0, (preto</p>

					<p>e cinza), fixado em cordão rabo de rato branco de 85cm, com 02 furo</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p> <p>Apresentação: Pacotes com 50 unidades cada um, embalados com plástico transparente.</p>
27	UND	300	311792	70%	<p><b>CRACHÁ Oficial de Justiça</b>, em papel triplex branco de 250g/m, tamanho 10x15cm, com impressão em off-set 2x0 (preto e marrom), fixado em cordão rabo de rato branco de 85cm, com 02 furos.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p> <p>Apresentação: Pacotes com 100 unidades cada um, embalados com plástico transparente.</p>
28	UND	33000	311793	70%	<p><b>CRACHÁ Membro de Mesa Eleitoral</b>, em papel triplex branco de 250g/m, tamanho 10x15cm, com impressão em off-set 1x0, fixado em cordão rabo de rato branco de 85cm, com 02 furos.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p> <p>Apresentação: Pacotes com 100 unidades cada um, embalados com plástico transparente.</p>
29	UND	4000	311793	70%	<p><b>CRACHÁ Membro de Junta Eleitoral</b>, em papel triplex branco de 250g/m, tamanho 10x15cm, com impressão em off-set 1x0, fixado em cordão rabo de rato branco de 85cm, com 02 furos.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p> <p>Apresentação: Pacotes com 100 unidades cada um, embalados com plástico transparente.</p>
30	UND	16000	311793	70%	<p><b>CRACHÁ Presidente de Mesa Eleitoral</b>, em papel triplex branco de 250g/m, tamanho 10x15cm, com impressão em off-set 1x0, fixado em cordão rabo de rato branco de 85cm, com 02 furos.</p>

					<b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b> Apresentação: Pacotes com 100 unidades cada um, embalados com plástico transparente.
31	UND	160	311792	70%	<b>CRACHÁ Promotor Eleitoral</b> , em papel triplex branco de 250g/m, tamanho 10 x 15, com impressão em off-set 2x0, (preto e amarelo), fixado em cordão rabo de rato branco de 85cm, com 02 furos.  Modelo apresentado pela <b>SEGMAC.</b> Apresentação: Pacotes com 50 unidades cada um, embalados com plástico transparente.
32	UND	4.000	290467	70%	<b>CRACHÁ.</b> Material: plástico transparente. Características Adicionais: com cordão para identificação em PVC com ponteira metálica. Formato: vertical (abertura superior). Medida: 11x16 (comprimento x altura), aproximadamente.  Apresentação: embalagem com pacotes de 50 unidades.
33	UND	20.000	4367	70%	<b>ENVELOPE</b> em papel branco, 120g/m <sup>2</sup> , tamanho 36x26cm, off-set na cor preta.  <b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b> Apresentação: Pacotes com 100 unidades cada um, embalados com plástico transparente.
34	UND	18.000	8305	70%	<b>ENVELOPE protetor tipo safepack</b> , para transporte de BU e memória de resultado, confeccionado em papel reciclado) de 120g/m <sup>2</sup> , impermeável, com bordas laterais prensadas, com fita adesiva para fechamento (não utilizar cola), medindo aproximadamente 12,5x18cm (aberto), personalizado com o brasão da república, medindo 2,0cm (alinhamento a esquerda) e, ao lado do brasão, os dizeres centralizados "JUSTIÇA ELEITORAL", e, abaixo "TRE-PB" e mídia de resultados, com

					<p>margem superior de 3,0cm e impressão na cor preta, e, em seguida, dizeres da Zona Eleitoral e da Seção Eleitoral.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p> <p>Apresentação: Embalado com plástico transparente, em pacotes contendo 50 unidades cada.</p>
35	UND	500	447260	70%	<p><b>FAIXA EM TECIDO</b> (BRAMANTE OU MORIM), para divulgação do pleito 2024, montadas com acabamento de madeira nas extremidades, dimensões: comprimento de 300cm e largura de 80cm; o tecido e as tintas aplicadas deverão ser de boa qualidade, assim como a madeira de acabamento, cujas extremidades devem ser serradas, sem pontas, que permitam estender a própria faixa, possibilitando a leitura do que houver escrito; faixas dotadas de quatro cordões de nylon (polietileno) ou material similar, 2mm de diâmetro e 3m de comprimento, cada peça, para afixação.</p> <p><b>Modelo e arquivo apresentado pela ASCOM.</b></p>
36	CX	27	464299	70%	<p><b>FORMULÁRIO para Controle de Comparecimento de Mesários</b>, formato A4, em papel branco de 75g/m<sup>2</sup>, impressão frente em off-set na cor preta, conforme modelo.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p> <p>Apresentação: Embalado em pacotes contendo 1.000 formulários.</p>
37	CX	120	467591	70%	<p><b>FORMULÁRIO para Identificação de Eleitor com Deficiência ou Mobilidade Reduzida</b> – tamanho 14,7x6,9cm, papel AP 75g/m<sup>2</sup>, impressão em preto e branco.</p> <p><b>Modelo - apresentado pela ASCOM</b> - a ser definido por portaria específica e divulgado na</p>

					<p>página eletrônica do Tribunal Superior Eleitoral, conforme art. 184 da Res. TSE 23.751/2026.</p> <p>Apresentação: Embalagens em caixas contendo 1.000 formulários.</p>
38	U N D	1 1 0. 0 0 0	4806 66	70%	<p><b>FORMULÁRIO "REQUERIMENTO DE JUSTIFICATIVA ELEITORAL"</b> (RJE), em papel AP 75g/m<sup>2</sup>, dimensões: 29,5cm x 8,5cm, impressão em preto e branco.</p> <p><b>Modelo - apresentado pela ASCOM</b> - a ser definido por portaria específica e divulgado na página eletrônica do Tribunal Superior Eleitoral, conforme art. 184 da Res. TSE 23.751/2026.</p> <p>Apresentação: Pacotes com 500 unidades, cada um, embalados com plástico transparente.</p>
39	C X	2 8	4642 99	70%	<p><b>Lei 9.504/1997 - art. 39-A (acrescentado pela lei 12.034)</b> no formato A4, papel branco de 75g/m<sup>2</sup>, impressão frente em off-set na cor preta e em uma única via.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p> <p>Apresentação: Embalado em pacotes contendo 1.000 formulários.</p>
40	C X	3 0	4642 99	70%	<p><b>LISTAGEM de Candidatos para cabina</b>, em papel branco de 150 g/m<sup>2</sup>, impressão em off-set na cor preta, tamanho 48x66cm, sendo de 10 a 15 matrizes diferentes, conforme modelo.</p> <p><b>Arquivo apresentado pela ASCOM</b></p> <p>Apresentação: Embalagens em caixas contendo 1.000 formulários.</p>
41	U N D	8. 0 0 0	3204 89	70%	<p><b>PAPEL MADEIRA</b> gramatura 80g/m<sup>2</sup>, reciclado, medindo 66 x 96 cm, aproximadamente. O papel deverá ser confeccionado com madeira de origem legal, manejo sustentável.</p> <p>Apresentação: Embalagem em pacotes com 100 unidades cada.</p>

42	UND	2.400	461486	70%	<p><b>PRESILHA para crachá institucional</b>, tipo jacaré, removível, com alça leitosa, produzido em aço com acabamento niquelado e alça de polietileno.</p> <p>Apresentação: pacote com 50 unidades, cada.</p>
43	BL	2.500	315784	70%	<p><b>RECIBO DE QUITAÇÃO DE ENTREGA DE URNAS E SOBRA DE MATERIAIS DAS ELEIÇÕES</b> em 02 vias, sendo a 1ª branca e a 2ª rosa, serrilhado e colado na lateral esquerda, em papel autocopiativo, impressão em off-set na cor preta, formato 10,5x21cm, sendo cada <u>bloco</u>: <u>25x02</u>.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p>
44	UND	11.000	467586	70%	<p><b>RÓTULOS DE URNA DE SEÇÃO – PARA EMBALAGEM DA URNA</b> Tamanho: formato 140 mm x 97 mm, cartão tríplex, 1 lâmina em cartão tríplex FSC 300g/m2, 4x0 cores, refile final. Tipo de papel: couché, gramatura 250g. Os rótulos deverão ser entregues cortados (guilhotinados), embalados em <b>pacotes contendo 100 unidades</b>, separados por ordem numérica/alfabética de zona, seção e município. Cada rótulo possui uma sequência de cor por zona eleitoral e por município e numeração individual do número da seção eleitoral, não repetida. Cada rótulo é único.(vide modelo em anexo da zona 001 - <b>SEGEI</b>).</p>
45	UND	2.000	467586	70%	<p><b>RÓTULOS DE URNA DE CONTINGÊNCIA – PARA EMBALAGEM DA URNA</b> Tamanho: formato 140 mm x 97 mm, cartão tríplex, 1 lâmina em cartão tríplex FSC 300g/m2, 4x0 cores, refile final. Tipo de papel: couché, gramatura 250g. Os rótulos deverão ser entregues cortados (guilhotinados), embalados em <b>pacotes contendo 100 unidades</b>, separados por zona e município.</p>



					(vide modelo em anexo da zona 001 - <b>SEGEI</b> ).
46	UND	1 1. 0 0 0	4675 86	70%	<p><b>RÓTULOS DE URNA DE SEÇÃO – PARA PORTA DOCUMENTOS (BOLSA PLÁSTICA/ACRÍLICA) DO GABINETE DA URNA</b></p> <p>Tamanho: formato 150 mm x 50 mm, cartão tríplex, 1 lâmina em cartão tríplex FSC 300g/m2, 4x0 cores, refile final. Tipo de papel: couché, gramatura 250g. Os rótulos deverão ser entregues cortados (guilhotinados), embalados em <b>pacotes contendo 100 unidades</b>, separados por ordem numérica/alfabética de zona, seção e município. Cada rótulo possui uma sequência de cor por zona eleitoral e por município e numeração individual do número da seção eleitoral, não repetida. Cada rótulo é único. (vide modelo em anexo da zona 001 - <b>SEGEI</b>).</p>
47	UND	2. 0 0 0	4675 86	70%	<p><b>RÓTULOS DE URNA DE CONTINGÊNCIA – PARA PORTA DOCUMENTOS (BOLSA PLÁSTICA/ACRÍLICA) DO GABINETE DA URNA</b></p> <p>Tamanho: formato 150 mm x 50 mm, cartão tríplex, 1 lâmina em cartão tríplex FSC 300g/m2, 4x0 cores, refile final. Tipo de papel: couché, gramatura 250g. Os rótulos deverão ser entregues cortados (guilhotinados), embalados em <b>pacotes contendo 100 unidades</b>, separados por zona e município. (vide modelo em anexo da zona 001- <b>SEGEI</b>).</p>
48	BL	6 0 0	4675 90	70%	<p><b>SENHA em Papel Jornal</b>, formato 65mm de largura x55mm de altura, impressão em off-set na cor preta, conforme modelo.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p> <p>Apresentação: Pacote em blocos contendo 500 senhas, embalados com plástico transparente.</p>

## 1.2 ESPECIFICAÇÕES

1.2.1 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme [Decreto 10.818, de 27 de setembro de 2021](#), sendo caracterizados como comuns, uma vez que se tratam de itens cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.2.2 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, utilizando-se o procedimento auxiliar do sistema de registro de preços, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

1.2.3 As compras poderão ser compartilhadas, com a consulta através do IRP, com vistas a obter um ganho de escala com eficiência econômica, menos impacto ambiental e maiores benefícios sociais, o que vai ao encontro da perspectiva do desenvolvimento sustentável.

1.2.4 O prazo de garantia será aquele previsto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), ou o maior prazo ofertado pela contratada, prevalecendo sempre o que for mais benéfico à Administração.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 Despesa Prevista no PACONT (SEI)

2.3 Esta solicitação visa atender as demandas dos locais de votação, das seções eleitorais nas Eleições 2026 1º Turno e 2º Turno, se houver.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 4.1 DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

4.1.1 A contratação será realizada na modalidade de pregão eletrônico, utilizando-se o procedimento auxiliar do sistema de registro de preços, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

4.1.2 As empresas participantes desta licitação deverão estar localizadas em um **raio máximo de 190 (cento e noventa) Km da cidade de João Pessoa/PB**, como forma de garantir o acompanhamento "in loco" dos serviços, frente às determinações contratuais. Esta restrição às empresas, se faz necessária para evitar atrasos na confecção e/ou envio de material para o TRE-PB e evitar repetição de problemas e consequentemente aplicação de penalidade à empresa por inexecução contratual.

### 4.2 SUSTENTABILIDADE

4.2.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos constantes no Guia de Inclusão de Critérios Sustentáveis do TRE/PB.

4.2.2 -Os materiais deverão ser acondicionados, preferencialmente, em embalagens de papelão ou material reciclável, com o menor volume possível, de forma a garantir proteção no transporte, possibilitar reutilização e reciclagem, e reduzir impactos ambientais, bem como possibilitando sua utilização após entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final absorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.

4.2.3 Que sejam aptos, após o uso pelo consumidor, à reutilização, à reciclagem ou a outra forma de destinação ambientalmente adequada.

4.2.4 As proponentes deverão observar e cumprir a legislação ambiental pertinente ao objeto da licitação, tanto no processo de extração das matérias-primas utilizadas, como na fabricação, utilização, transporte e descarte dos produtos e matérias-primas.

#### **4.3 DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA**

4.3.1 Sendo necessária a apresentação de amostra o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, no prazo limite de até 05 (cinco) dias corridos, a contar da solicitação do pregoeiro na sessão, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.3.2 As amostras deverão ser entregues no endereço Av. Princesa Isabel, nº 201 – Tambiá – CEP 58020-528, João Pessoa/PB.

4.3.3 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Termo, a proposta do licitante será recusada.

4.3.4 Os resultados das avaliações serão divulgados através de mensagem do pregoeiro no sistema competente.

4.3.5 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.3.6 Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 10 (dez) dias corridos, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.3.7 Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

#### **4.4 SUBCONTRATAÇÃO**

4.4.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **5.1 CONDIÇÕES DE ENTREGA**

5.1 - O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto [Decreto 10.818/2021](#).

5.2 - A Empresa contratada deverá apresentar a arte gráfica para conformidade na Assessoria de comunicação (ASCOM), nas especificações definidas, até o terceiro dia útil após o recebimento da Nota de Empenho. Após aprovação, a empresa deve realizar a entrega no prazo de até 20 dias corridos no endereço: Sede do TRE/PB, situada na Av. Princesa Isabel, nº 201 – Tambiá – João Pessoa/PB, fone: (83) 3512.1205/1204, no horário das 08h às 13h de segunda a sexta-feira.

5.2.2 A empresa deverá agendar a entrega na Seção de Gestão de Material de Consumo (SEGMAC) pelo telefone (83) 3512-1205/1204, ou pelo e mail [segmac@tre-pb.jus.br](mailto:segmac@tre-pb.jus.br).

#### **5.2 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

5.2.1 A Ata terá vigência de 01 ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso, bem como, os preços registrados poderão ser

alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, (arts. 22 e 25 do Decreto 11.462/2023).

5.2.3 Na prorrogação da vigência da ata de registro de preços, deverão ser restabelecidos os quantitativos inicialmente registrados, para assegurar o fornecimento por mais 01 ano.

5.2.4 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, impulsionado pelo gestor do contrato, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1 O contrato, que será efetivado por meio da emissão de nota de empenho, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito, por meio de mensagem eletrônica para esse fim, para o e-mail informado na proposta da licitante vencedora, independentemente da confirmação de recebimento.

6.3 O TRE/PB poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4 A execução do contrato, deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.5 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI) e Portaria 18/2018 - TRE-PB.

6.6 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#)).

6.7 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pela ASJUR, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)) e Portaria 301/2023 - TRE/PB.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **7.1 RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

7.1.1 O recebimento do objeto será efetuado em 2 (duas) etapas: provisória e definitiva.

7.1.2 Do recebimento provisório: será realizado de forma sumária pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato;

7.1.3 Do recebimento definitivo: será efetuado pela Seção de Gestão de Material de Consumo – SEGMAC, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento provisório, após a verificação da conformidade dos materiais com as especificações do Termo de Referência e da proposta.

7.1.4 Dos materiais rejeitados: os materiais poderão ser rejeitados, total ou parcialmente, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações do Termo de Referência e da proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação, às expensas da contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.1.5 Retirada de bens recusados: os materiais recusados, substituídos ou não, deverão ser retirados pela contratada, às suas expensas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da notificação expressa feita pelo Gestor da contratação. O descumprimento implicará a perda da propriedade por abandono, conforme art. 1.275 do Código Civil, aplicado subsidiariamente à Lei nº 14.133/2021.

7.1.6 Destinação dos bens não retirados: caso não sejam retirados no prazo previsto, os materiais poderão ser incluídos em lotes para desfazimento por meio de doação, nos termos da legislação vigente.

7.1.7 Para as aquisições decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 03 (três) dias úteis.

7.1.8 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.9 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.10 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.11 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.1.12 Caso se verifique que não houve o fiel cumprimento às condições e especificações estabelecidas no edital, o objeto NÃO será recebido de forma definitiva. O período que medeia entre os recebimentos provisório e definitivo não suspende, para caracterização de mora, o prazo previsto inicialmente para a entrega.

7.1.13 Despesas de frete: todas as despesas com frete correrão por conta da contratada, sendo vedada a sua cobrança ou destaque em nota fiscal/fatura, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7.1.14 A aceitação é condição essencial para o RECEBIMENTO DEFINITIVO do material, que será realizado exclusivamente pela Comissão de Recebimento.

## 7.2 LIQUIDAÇÃO

7.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.2.2 A empresa deverá efetuar a entrega do produto acompanhado da nota fiscal, constando os dados bancários respectivos ou do DANFE (documento auxiliar da nota fiscal eletrônica), podendo efetuar o envio antecipado do documento fiscal através do e-mail segmac@tre-pb.jus.br.

7.2.3 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.2.4 Para fins de liquidação, a SEGMAC deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.2.4.1 o prazo de validade;

7.2.4.2 a data da emissão;

7.2.4.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

7.2.4.4 o período respectivo de execução do contrato;

7.2.4.5 o valor a pagar;

7.2.4.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.5 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao TRE/PB;

7.2.6 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.2.7 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital e identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.2.8 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.2.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a COMAT (coordenadoria de material) deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.10 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.2.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### 7.3 PRAZO DE PAGAMENTO

7.3.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.3.2 No caso de atraso pelo TRE/PB, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice 0,5% (meio por cento) ao mês, de correção monetária.

### 7.4 FORMA DE PAGAMENTO

7.4.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.4.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



7.4.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.4 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, conforme modelo disposto no Anexo III da IN RFB nº 1.234, de 2012, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **8.1 FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**

8.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, utilizando-se o procedimento auxiliar do sistema de registro de preços, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

### **8.2 EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

8.2.1 consulta "on line" ao SICAF, constatando-se a sua regularidade perante a Fazenda Nacional (Certidão de Regularidade de Tributos Federais), Fazenda Estadual (Certidão de Regularidade), Seguridade Social (Certidão de Regularidade – CND) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Certidão de Regularidade – CRF);

8.2.2 apresentação de prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa válida (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, podendo-se fazer consulta "on line" ao sítio do TST;

8.2.3 apresentação da certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, a menos de 90 (noventa) dias da data prevista para abertura da licitação;

8.2.4 comprovação de aptidão por meio de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando o desempenho satisfatório de atividade pertinente e compatível com o objeto do presente certame, se solicitado;

8.2.5 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.2.6 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.2.7 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1 O custo estimado total da contratação é o obtido por meio de pesquisa de mercado a ser realizada pela Seção Competente deste Tribunal.

## **10. SANÇÕES**

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e da Portaria 301/2023, o licitante ou o contratado que:

10.1.1 der causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2 der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3 der causa à inexecução total do contrato;

10.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.6 -não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.1.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e

10.1.12 praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

10.2 O licitante ou o contratado que incorrer em infração administrativa prevista na alínea anterior, apurada em regular processo administrativo, com garantia de contraditório e ampla defesa, sujeitar-se-á às seguintes sanções:

10.2.1 advertência;

10.2.2 multa;

10.2.3 impedimento de licitar e contratar;

10.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.3 A aplicação das sanções previstas no item 10.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.4 A sanção de advertência será aplicável na hipótese de inexecução parcial do contrato que não implique em grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, bem como na hipótese de descumprimento de pequena relevância praticado pelo contratado e que não justifique imposição de penalidade mais grave.

10.5 A multa será aplicada, isolada ou cumulativamente com outras penalidades previstas no item 10.2, ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 10.1.

10.5.1 A multa será calculada no percentual de 15% (quinze por cento) do valor da ordem de compra.

10.5.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será obtida observando-se a seguinte ordem:

10.5.2.1 utilização da garantia eventualmente prestada;

10.5.2.2 compensação dos créditos de outros contratos firmados pelo contratado com este Regional, na forma do termo de referência, do edital ou do contrato;

10.5.2.3 por via judicial.

10.5.3 O atraso injustificado na execução do pactuado sujeitará o contratado a multa de mora de 0,5 (zero vírgula cinco por cento) ao dia sobre o valor da ordem de compra, limitado a 15%

10.5.4 A aplicação de multa moratória não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções dispostas no item 10.2.



10.6 A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no item 10.2 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.2, 10.1.3, 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6 e 10.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos

10.7 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.8, 10.1.9, 10.1.10, 10.1.11, e 10.1.12, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.2, 10.1.3, 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6 e 10.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 10.6., e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.8 A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar requererá a condução de processo de responsabilização por Comissão Permanente de Responsabilização de Licitantes e Contratados - CPRLC.

**SULAMITA SOUSA DE OLIVEIRA**  
**CHEFE SUBSTITUTO(A) DA SEÇÃO DE GESTÃO DE MATERIAL DE CONSUMO**



Documento assinado eletronicamente por SULAMITA SOUSA DE OLIVEIRA em 26/03/2026, às 09:35, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**JOSÉ FLÁVIO NOGUEIRA DE SOUTO**  
**TÉCNICO JUDICIÁRIO**



Documento assinado eletronicamente por JOSÉ FLÁVIO NOGUEIRA DE SOUTO em 26/03/2026, às 09:36, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**MÁRIO CÉZAR DELGADO RÉGIS**  
**CHEFE DA SEÇÃO DE COMPRAS**



Documento assinado eletronicamente por MÁRIO CÉZAR DELGADO RÉGIS em 26/03/2026, às 09:43, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**MICHELLE HENRIQUE DE SOUSA ALMEIDA**  
**ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO**



Documento assinado eletronicamente por MICHELLE HENRIQUE DE SOUSA ALMEIDA em 26/03/2026, às 09:58, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=2342979&crc=483B39C7](https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=2342979&crc=483B39C7), informando, caso não preenchido, o código verificador **2342979** e o código CRC **483B39C7**..



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA

**Anexo****II****SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2026**  
(Processo SEI n.º 0002567-29.2026.6.15.8000)**DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS QUANTITATIVOS**

ITEM	UND	QTD	ESPECIFICAÇÕES	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	CX	27	<b>ATA DE ELEIÇÃO</b> - no formato A4, papel branco de 75g/m <sup>2</sup> , impressão frente e verso em off-set (em cada página) na cor preta, sendo duas folhas frente e verso, grampeada. <b>Modelo - apresentado pela ASCOM</b> - a ser definido por portaria específica e divulgado na página eletrônica do		

			<p>Tribunal Superior Eleitoral, conforme art. 184 da Res. TSE 23.751/2026 (*).</p> <p>Apresentação: Pacote com 1000 unidades cada um, embalados com plástico transparente.</p>		
02	UND	30	<p><b>BANNER</b>, tamanho 1,20x0,80m, em lona com brilho, gramatura de 380g, impressão digital e colorida, não devendo apresentar-se borrada nem com manchas de impressão, com bastão em madeira revestida na parte superior e inferior, acabamento em ponteiros, com cordões em nylon (polietileno) de 6 mm de diâmetro, com impressão de arte distinta para cada banner.</p> <p><b>Modelo apresentado pela ASCOM.</b></p>		
03	UND	3.000	<p><b>BOLSA EM NYLON</b> plastificado, na cor azul natiê, com as características abaixo especificadas conforme modelo: altura de 35cm; largura de 40cm; dorso lateral de 10cm; costura interna em linha de nylon 60, com sobra de aproximadamente 1cm; friso (vivo) de plástico, de 8mm nas costuras laterais; duas alças em cadarço de nylon trançado preto de aproximadamente 3cm de largura e 80cm de comprimento, medidos costura a costura; zíper médio preto com dois cursores; bolsa para etiqueta, costurada, medindo 10x10cm em plástico l20 transparente; impressão serigráfica em uma cor.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p>		
04	UND	1.100	<p><b>CARIMBO</b>, com o nome "NÃO COMPARECEU", tamanho 1,0 cm x 5,0cm, com cabo em madeira.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p>		
05	CX	29	<p><b>CARTAZ PARA SEÇÃO – proibido filmar e proibido celular</b>, impressão em cartolina branca de 180g/m2, medindo 33cm x 25cm, 4x0, conforme modelo apresentado.</p> <p><b>Arquivo apresentado pela ASCOM.</b></p> <p>Apresentação: Embalagem em caixas contendo 1.000 cartazes.</p>		

06	CX	28	<p><b>CARTAZ PARA SEÇÃO "AQUI VOTAM OS ELEITORES DA _____",</b> em cartolina azul, impressão frente em off-set na cor preta, 180g/m<sup>2</sup>, medindo 33cm x 25cm, conforme modelo.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p> <p>Apresentação: Embalagem em caixas contendo 1.000 formulários cada.</p>		
07	CX	9	<p><b>CARTAZ "A SERVIÇO DA JUSTIÇA ELEITORAL",</b> impressão em cartolina branca, 180g/m<sup>2</sup>, impressão em off-set na cor preta, tamanho 39cmx11cm, com espaço para identificação da placa do veículo, conforme modelo.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p> <p>Apresentação: Caixa contendo 1.000 cartazes cada.</p>		
08	CX	22	<p><b>CARTAZ PARA SEÇÃO - sem impressão,</b> em cartolina BRANCA, 120g/m<sup>2</sup>, , TAMANHO 210mm x 297mm.</p> <p>Apresentação: Caixas contendo 1.000 cartazes cada.</p>		
09	CX	10	<p><b>CARTAZ,</b> tamanho 420x594 mm, em papel de outdoor, gramatura 90g, cor 4x0, com pedido mínimo de 1000 unidades impressas, para cada arte.</p> <p><b>Modelo apresentado pela ASCOM.</b></p> <p>Apresentação: Caixa contendo 1.000 cartazes.</p>		
10	CX	19	<p><b>CARTAZ COM SETA INDICATIVA,</b> impressão em cartolina branca, 180g/m<sup>2</sup>, impressão em off-set na cor preta, tamanho 39cm x 11cm. Para direcionamento do fluxo de eleitores.</p> <p><b>Modelo apresentado pela ASCOM.</b></p> <p>Apresentação: Caixas contendo 1.000 cartazes cada.</p>		
11	CX	22	<p><b>CARTAZ INFORMATIVO SOBRE AUTORIZAÇÃO DO VOTO ACOMPANHADO,</b> conforme previsão legal, reforçando a acessibilidade e a inclusão. Impressão em cartolina branca de 180g/m<sup>2</sup>, medindo 33cm x 25cm.</p> <p><b>Modelo apresentado pela ASCOM.</b></p>		

			Apresentação: Caixas contendo 1.000 cartazes cada.		
12	CX	22	<p><b>CARTAZ COM O TEXTO “Deixe aqui o seu celular”</b>, para reforçar a vedação ao uso de aparelhos eletrônicos na cabine de votação. Impressão em cartolina branca, impressão em off-set na cor preta, 180g/m<sup>2</sup>, medindo 33cm x 25cm.</p> <p><b>Modelo apresentado pela ASCOM.</b></p> <p>Apresentação: Caixas contendo 1.000 cartazes cada.</p>		
13	CX	22	<p><b>CARTAZ CONTENDO AS PRIORIDADES DE ATENDIMENTO PREVISTAS EM LEI</b>, com a finalidade de orientar eleitores e equipes quanto à ordem preferencial de atendimento, promovendo transparência, respeito aos direitos assegurados e padronização da informação nos locais de votação. Impressão em cartolina branca de 180g/m<sup>2</sup>, formato A3.</p> <p><b>Modelo apresentado pela ASCOM.</b></p> <p>Apresentação: Caixas contendo 1.000 cartazes cada.</p>		
14	CX	23	<p><b>CARTAZ COM O QR-CODE DIRECIONANDO PARA CONSULTA DE LOCAL DE VOTAÇÃO NO SÍTIO DO TSE</b>, que permite o eleitor identificar sua seção eleitoral e local de votação através da página de autoatendimento do TSE, reduzindo filas, otimizando o atendimento presencial e promovendo maior inclusão digital. Impressão em cartolina branca de 180g/m<sup>2</sup>, medindo 33cm x 25cm.</p> <p><b>Modelo apresentado pela ASCOM.</b></p> <p>Apresentação: Caixas contendo 1.000 cartazes cada.</p>		
15	CX	5	<p><b>CARTÃO identificador da bolsa</b>, para acondicionamento de material em cartolina branca, impressão frente em off-set na cor preta, medindo 10cm altura x 9,5cm de largura, conforme modelo.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p> <p>Apresentação: Caixas contendo 1.000 cartões cada.</p>		
16	UND	2.400	<p><b>CARTÃO identificação para crachá institucional</b>, material pvc, comprimento 86, largura 54, características</p>		

			<p>adicionais adesivado, espessura 0,46, cor branca.</p> <p>Apresentação: Pacotes com 100 unidades cada um, embalados com plástico transparente.</p>		
17	CX	100	<p><b>CÉDULA ELEITORAL "Majoritária"</b> (Presidente), confeccionada em papel opaco AMARELO de 75g/m<sup>2</sup>, impressão frente e verso em off-set nas cores "preto" e "branco", com uma tarja na horizontal, 84mm de altura e 191mm de largura, e 84mm de largura após a dobra.</p> <p><b>Arquivo apresentado pela ASCOM</b> a ser definido por portaria específica e divulgado na página eletrônica do Tribunal Superior Eleitoral, conforme art. 184 da Res. TSE 23.751/2026.</p> <p>Apresentação: Pacotes contendo 1.000 unidades, cada um, embalados em plástico transparente.</p>		
18	CX	60	<p><b>CÉDULA ELEITORAL "Majoritária"</b> (Governador e e Senador), confeccionada em papel opaco AMARELO de 75g/m<sup>2</sup>, impressão frente e verso em off-set nas cores "preto" e "branco", com uma tarja na horizontal, 84mm de altura e 191mm de largura, e 84mm de largura após a dobra.</p> <p><b>Arquivo apresentado pela ASCOM</b> a ser definido por portaria específica e divulgado na página eletrônica do Tribunal Superior Eleitoral, conforme art. 184 da Res. TSE 23.751/2026.</p> <p>Apresentação: Pacotes contendo 1.000 unidades, cada um, embalados em plástico transparente.</p>		
19	CX	60	<p><b>CÉDULA ELEITORAL "Majoritária"</b> (Governador), confeccionada em papel opaco AMARELO de 75g/m<sup>2</sup>, impressão frente e verso em off-set nas cores "preto" e "branco", com uma tarja na horizontal, 84mm de altura e 191mm de largura, e 84mm de largura após a dobra.</p> <p><b>Arquivo apresentado pela ASCOM</b> a ser definido por portaria específica e divulgado na página eletrônica do Tribunal Superior Eleitoral, conforme art. 184 da Res. TSE 23.751/2026.</p>		

			Apresentação: Pacotes contendo 1.000 unidades, cada um, embalados em plástico transparente.		
20	CX	60	<p><b>CÉDULA ELEITORAL “Proporcional”</b> (Deputado Estadual e Federal)), confeccionada em papel opaco BRANCO de 75g/m<sup>2</sup>, impressão frente e verso em off-set nas cores “preto” e “branco”, com uma tarja na horizontal, 84mm de altura e 191mm de largura, e 84mm de largura após a dobra.</p> <p><b>Arquivo apresentado pela ASCOM</b> a ser definido por portaria específica e divulgado na página eletrônica do Tribunal Superior Eleitoral, conforme art. 184 da Res. TSE 23.751/2026.</p> <p>Apresentação: Pacotes contendo 1.000 unidades, cada um, embalados com plástico transparente.</p>		
21	UND	2.400	<p><b>CORDÃO para crachá personalizado</b> com arte do TRE-PB , realizada em alta resolução, sem restrições de cores, desenhos, imagens e logos, com 25mm x 85cm, impressão digital por sublimação, frente e verso, finalizado com fixador de solda niquelado, argola e mosquetão para crachá.</p> <p><b>Arte enviada pela ASCOM</b></p> <p>Apresentação: Pacotes contendo 50 unidades, cada um, embalados com plástico transparente.</p>		
22	UND	3.000	<p><b>CORDÃO PARA CRACHÁ</b>, em silicone transparente, comprimento 90 cm, modelo com solda, com ponteira em metal nas duas extremidades, (não acompanha crachá).</p> <p>Apresentação: Embalados com 100 unidades por pacote.</p>		
23	UND	10.000	<p><b>CRACHÁ Apoio</b>, em papel triplex branco de 250g/m, tamanho 10x15cm, com impressão em off-set 2x0, (preto e azul marinho), fixado em cordão rabo de rato branco de 85cm, com 02 furos, conforme modelo apresentado.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p> <p>Apresentação: Pacotes com 100 unidades cada um, embalados com plástico transparente.</p>		

24	UND	100	<p><b>CRACHÁ Chefe de Cartório</b>, em papel triplex branco de 250g/m, tamanho 10x15cm, com impressão em off-set 1x0, fixado em cordão rabo de rato branco de 85cm, com 02 furos.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p> <p>Apresentação: Pacotes com 100 unidades cada um, embalados com plástico transparente.</p>		
25	UND	2.700	<p><b>CRACHÁ Gerente de Local de Votação</b>, em papel triplex branco de 250g/m, tamanho 10x15cm, com impressão em off-set 1x0, fixado em cordão rabo de rato branco de 85cm, com 02 furos, conforme modelo.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p> <p>Apresentação: Pacotes com 100 unidades cada um, embalados com plástico transparente.</p>		
26	UND	170	<p><b>CRACHÁ Juiz Eleitoral</b>, em papel triplex branco de 250g/m, tamanho 10x15cm, com impressão em off-set 2x0, (preto e cinza), fixado em cordão rabo de rato branco de 85cm, com 02 furo</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p> <p>Apresentação: Pacotes com 50 unidades cada um, embalados com plástico transparente.</p>		
27	UND	300	<p><b>CRACHÁ Oficial de Justiça</b>, em papel triplex branco de 250g/m, tamanho 10x15cm, com impressão em off-set 2x0 (preto e marrom), fixado em cordão rabo de rato branco de 85cm, com 02 furos.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p> <p>Apresentação: Pacotes com 100 unidades cada um, embalados com plástico transparente.</p>		
28	UND	33.000	<p><b>CRACHÁ Membro de Mesa Eleitoral</b>, em papel triplex branco de 250g/m, tamanho 10x15cm, com impressão em off-set 1x0, fixado em cordão rabo de rato branco de 85cm, com 02 furos.</p>		



			<b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b> Apresentação: Pacotes com 100 unidades cada um, embalados com plástico transparente.		
29	UND	400	<b>CRACHÁ Membro de Junta Eleitoral</b> , em papel triplex branco de 250g/m, tamanho 10x15cm, com impressão em off-set 1x0, fixado em cordão rabo de rato branco de 85cm, com 02 furos.  <b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b> Apresentação: Pacotes com 100 unidades cada um, embalados com plástico transparente.		
30	UND	16.000	<b>CRACHÁ Presidente de Mesa Eleitoral</b> , em papel triplex branco de 250g/m, tamanho 10x15cm, com impressão em off-set 1x0, fixado em cordão rabo de rato branco de 85cm, com 02 furos.  <b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b> Apresentação: Pacotes com 100 unidades cada um, embalados com plástico transparente.		
31	UND	160	<b>CRACHÁ Promotor Eleitoral</b> , em papel triplex branco de 250g/m, tamanho 10 x 15, com impressão em off-set 2x0, (preto e amarelo), fixado em cordão rabo de rato branco de 85cm, com 02 furos.  Modelo apresentado pela <b>SEGMAC</b> . Apresentação: Pacotes com 50 unidades cada um, embalados com plástico transparente.		
32	UND	4.000	<b>CRACHÁ</b> . Material: plástico transparente. Características Adicionais: com cordão para identificação em PVC com ponteira metálica. Formato: vertical (abertura superior). Medida:11x16 (comprimento x altura), aproximadamente. Apresentação: embalagem com pacotes de 50 unidades.		
33	UND	20.000	<b>ENVELOPE</b> em papel branco, 120g/m <sup>2</sup> , tamanho 36x26cm, off-set na cor preta.		

			<b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b> Apresentação: Pacotes com 100 unidades cada um, embalados com plástico transparente.		
34	UND	18.000	<b>ENVELOPE protetor tipo safepack</b> , para transporte de BU e memória de resultado, confeccionado em papel reciclado) de 120g/m <sup>2</sup> , impermeável, com bordas laterais prensadas, com fita adesiva para fechamento (não utilizar cola), medindo aproximadamente 12,5x18cm (aberto), personalizado com o brasão da república, medindo 2,0cm (alinhamento a esquerda) e, ao lado do brasão, os dizeres centralizados "JUSTIÇA ELEITORAL", e, abaixo "TRE-PB" e mídia de resultados, com margem superior de 3,0cm e impressão na cor preta, e, em seguida, dizeres da Zona Eleitoral e da Seção Eleitoral.  <b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b> Apresentação: Embalado com plástico transparente, em pacotes contendo 50 unidades cada.		
35	UND	500	<b>FAIXA EM TECIDO</b> (BRAMANTE OU MORIM), para divulgação do pleito 2024, montadas com acabamento de madeira nas extremidades, dimensões: comprimento de 300cm e largura de 80cm; o tecido e as tintas aplicadas deverão ser de boa qualidade, assim como a madeira de acabamento, cujas extremidades devem ser serradas, sem pontas, que permitam estender a própria faixa, possibilitando a leitura do que houver escrito; faixas dotadas de quatro cordões de nylon (polietileno) ou material similar, 2mm de diâmetro e 3m de comprimento, cada peça, para afixação.  <b>Modelo e arquivo apresentado pela ASCOM.</b>		
36	CX	27	<b>FORMULÁRIO para Controle de Comparecimento de Mesários</b> , formato A4, em papel branco de 75g/m <sup>2</sup> , impressão frente em off-set na cor preta, conforme modelo.  <b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b>		

			Apresentação: Embalado em pacotes contendo 1.000 formulários.		
37	CX	120	<p><b>FORMULÁRIO para Identificação de Eleitor com Deficiência ou Mobilidade Reduzida</b> – tamanho 14,7x6,9cm, papel AP 75g/m<sup>2</sup>, impressão em preto e branco.</p> <p><b>Modelo - apresentado pela ASCOM</b> - a ser definido por portaria específica e divulgado na página eletrônica do Tribunal Superior Eleitoral, conforme art. 184 da Res. TSE 23.751/2026.</p> <p>Apresentação: Embalagens em caixas contendo 1.000 formulários.</p>		
38	UND	110.000	<p><b>FORMULÁRIO "REQUERIMENTO DE JUSTIFICATIVA ELEITORAL"</b> (RJE), em papel AP 75g/m<sup>2</sup>, dimensões: 29,5cm x 8,5cm, impressão em preto e branco.</p> <p><b>Modelo - apresentado pela ASCOM</b> - a ser definido por portaria específica e divulgado na página eletrônica do Tribunal Superior Eleitoral, conforme art. 184 da Res. TSE 23.751/2026.</p> <p>Apresentação: Pacotes com 500 unidades, cada um, embalados com plástico transparente.</p>		
39	CX	28	<p><b>Lei 9.504/1997 – art. 39-A (acrescentado pela lei 12.034)</b> no formato A4, papel branco de 75g/m<sup>2</sup>, impressão frente em off-set na cor preta e em uma única via.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p> <p>Apresentação: Embalado em pacotes contendo 1.000 formulários.</p>		
40	CX	30	<p><b>LISTAGEM de Candidatos para cabina</b>, em papel branco de 150 g/m<sup>2</sup>, impressão em off-set na cor preta, tamanho 48x66cm, sendo de 10 a 15 matrizes diferentes, conforme modelo.</p> <p><b>Arquivo apresentado pela ASCOM</b></p>		

			Apresentação: Embalagens em caixas contendo 1.000 formulários.		
41	UND	8.000	<b>PAPEL MADEIRA</b> gramatura 80g/m2, reciclado, medindo 66 x 96 cm, aproximadamente. O papel deverá ser confeccionado com madeira de origem legal, manejo sustentável.  Apresentação: Embalagem em pacotes com 100 unidades cada.		
42	UND	2.400	<b>PRESILHA para crachá institucional</b> , tipo jacaré, removível, com alça leitosa, produzido em aço com acabamento niquelado e alça de polietileno.  Apresentação: pacote com 50 unidades, cada.		
43	BL	2.500	<b>RECIBO DE QUITAÇÃO DE ENTREGA DE URNAS E SOBRA DE MATERIAIS DAS ELEIÇÕES</b> em 02 vias, sendo a 1ª branca e a 2ª rosa, serrilhado e colado na lateral esquerda, em papel autocopiativo, impressão em off-set na cor preta, formato 10,5x21cm, sendo cada <u>bloco: 25x02</u> .  <b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b>		
44	UND	11.000	<b>RÓTULOS DE URNA DE SEÇÃO – PARA EMBALAGEM DA URNA</b> Tamanho: formato 140 mm x 97 mm, cartão tríplex, 1 lâmina em cartão tríplex FSC 300g/m2, 4x0 cores, refile final. Tipo de papel: couché, gramatura 250g. Os rótulos deverão ser entregues cortados (guilhotinados), embalados em <b>pacotes contendo 100 unidades</b> , separados por ordem numérica/ alfabética de zona, seção e município. Cada rótulo possui uma sequência de cor por zona eleitoral e por município e numeração individual do número da seção eleitoral, não repetida. Cada rótulo é único.(vide modelo em anexo da zona 001 - <b>SEGEI</b> ).		
45	UND	2.000	<b>RÓTULOS DE URNA DE CONTINGÊNCIA – PARA EMBALAGEM DA URNA</b> Tamanho: formato 140 mm x 97 mm, cartão tríplex, 1 lâmina em cartão tríplex FSC 300g/m2, 4x0 cores, refile final. Tipo de papel: couché, gramatura 250g. Os rótulos deverão ser entregues cortados		

			(guilhotinados), embalados em <b>pacotes contendo 100 unidades</b> , separados por zona e município. (vide modelo em anexo da zona 001 - <b>SEGEI</b> ).		
46	UND	11.000	<b>RÓTULOS DE URNA DE SEÇÃO – PARA PORTA DOCUMENTOS (BOLSA PLÁSTICA/ACRÍLICA) DO GABINETE DA URNA</b> Tamanho: formato 150 mm x 50 mm, cartão tríplex, 1 lâmina em cartão tríplex FSC 300g/m2, 4x0 cores, refile final. Tipo de papel: couché, gramatura 250g. Os rótulos deverão ser entregues cortados (guilhotinados), embalados em <b>pacotes contendo 100 unidades</b> , separados por ordem numérica/alfabética de zona, seção e município. Cada rótulo possui uma sequência de cor por zona eleitoral e por município e numeração individual do número da seção eleitoral, não repetida. Cada rótulo é único. (vide modelo em anexo da zona 001 - <b>SEGEI</b> ).		
47	UND	2.000	<b>RÓTULOS DE URNA DE CONTINGÊNCIA – PARA PORTA DOCUMENTOS (BOLSA PLÁSTICA/ACRÍLICA) DO GABINETE DA URNA</b> Tamanho: formato 150 mm x 50 mm, cartão tríplex, 1 lâmina em cartão tríplex FSC 300g/m2, 4x0 cores, refile final. Tipo de papel: couché, gramatura 250g. Os rótulos deverão ser entregues cortados (guilhotinados), embalados em <b>pacotes contendo 100 unidades</b> , separados por zona e município. (vide modelo em anexo da zona 001- <b>SEGEI</b> ).		
48	BL	600	<b>SENHA em Papel Jornal</b> , formato 65mm de largura x55mm de altura, impressão em off-set na cor preta, conforme modelo.  <b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b>  Apresentação: Pacote em blocos contendo 500 senhas, embalados com plástico transparente.		

**OBSERVAÇÃO:**

1.º) Havendo qualquer discordância entre a descrição do CATMAT/CATSER e a do EDITAL, prevalecerá a descrição do EDITAL.

João Pessoa (PB), 26 de maio de 2026.

**ANDREZA ALVES GOMES  
PREGOEIRO(A)**



Documento assinado eletronicamente por ANDREZA ALVES GOMES em 26/05/2026, às 09:32, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=2387524&crc=DFBDEED1](https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=2387524&crc=DFBDEED1), informando, caso não preenchido, o código verificador **2387524** e o código CRC **DFBDEED1..**

0002567-29.2026.6.15.8000

2387524v4



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2026  
(Processo SEI n.º 0002567-29.2026.6.15.8000)**

**ANEXO III**

**ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES**

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA**

Avenida Princesa Isabel, 201 - Bairro Centro - CEP 58020-911 - João Pessoa - PB - <http://www.tre-pb.jus.br>

**Contratação - Estudos Preliminares IN 1/2018TREP nº 5/2026 - SEGMAC****1. Necessidade da contratação:**

A presente contratação tem por objetivo a aquisição de material gráfico necessário para apoiar as atividades relacionadas à realização das **Eleições Gerais de 2026**, incluindo etapas preparatórias, comunicação institucional e organização das seções eleitorais. Considerando a magnitude da operação logística das eleições, torna-se necessário o planejamento antecipado da aquisição desses materiais, assegurando sua disponibilidade em quantidade e qualidade adequadas para o período eleitoral.

**2. Equipe de planejamento:**

Tatiana Montenegro Rezende, Sulamita Sousa e Oliveira, Mário César Delgado Régis e Michelle Henrique de Sousa Almeida.

**3. Normativos que disciplinam os serviços ou a aquisição a serem contratados, de acordo com a sua natureza:**

3.1 - Lei 14.133/2021

3.2 - Decreto 11.462/2023

3.3 - Portaria 84/2023 TRE-PB/PTRE/ASPRE

3.4 - IN 01/2018 TRE/PB

3.5 - [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis](#)

**4. Referência a outros instrumentos de planejamento do órgão ou entidade (se houver):**

DFD – Despesa Prevista PACONT

Item 08 (rótulos urnas)

Ação 4269 - Pleitos eleitorais

- Despesa Agregada - Material de consumo para urnas eletrônicas

- Plano Interno - UEL MATCON

- Natureza da Despesa - 3390.30.

PLEITOS ELEITORAIS

- Despesas Discrecionárias/2026

- Despesa Agregada - serviços de impressão gráfica

- Natureza da Despesa - 33.90.30.16 - Material de Expediente



- Item - 3.3.90.30.16.0032 - Impressos em geral 2203952

## 5. Requisitos da contratação:

5.1 - O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto [Decreto 10.818/2021](#).

5.2 - A Empresa contratada deverá apresentar a arte do material gráfico para conformidade na Assessoria de comunicação (ASCOM), nas especificações definidas.

5.2.1 - A arte deverá ser apresentada, para aprovação, até o terceiro dia útil após o recebimento da Nota de Empenho. Após aprovação, a empresa deve realizar a entrega no prazo de até 20 dias corridos. no endereço: Sede do TRE/PB, situada na Av. Princesa Isabel, nº 201 – Tambiá – João Pessoa/PB, fone: (83) 3512.1205/1204, no horário das 08h às 13h de segunda a sexta-feira.

5.2.2 A empresa deverá agendar a entrega na Seção de Gestão de Material de Consumo (SEGMAC) pelo telefone (83) 3512-1205/1204, ou pelo email segmac@tre-pb.jus.br.

5.3 O recebimento do objeto será efetuado em 2 (duas) etapas: provisória e definitiva.

5.3.1 Do Recebimento provisório: de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

5.3.2 Do Recebimento definitivo: Os materiais serão recebidos definitivamente pela Seção de Gestão de Material de Consumo – SEGMAC no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

5.3.3 Dos bens rejeitados: Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação do gestor, às custas da empresa (sem quaisquer ônus adicionais à proposta), sem prejuízo da aplicação das penalidade.

5.3.3.1 Para o caso de material recusado em razão de desacordo com as características contratadas, substituído ou não, deve ser retirado pelo fornecedor, às suas expensas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, estes contados de notificação expressa feita pelo Gestor da contratação para o recolhimento do bem, sob pena de perdimento de bens pela configuração da perda da propriedade, por abandono, de acordo com o artigo 1275 do Código Civil, aplicado subsidiariamente à Lei nº 14.133/2021.

5.3.2.2 Caso a retirada do material recusado não seja efetuada no prazo acima citado, o TRE/PB poderá efetuar sua inclusão em lotes para desfazimento por doação.

5.4 As despesas com frete serão de responsabilidade da empresa contratada e em hipótese alguma poderão ser destacadas quando da emissão da nota fiscal/fatura.

5.5 O material solicitado deverá ser entregue na sua quantidade total, sendo rejeitadas as entregas parceladas e/ou produto/marca diferente da contratada.

5.6 O material/produto deverá obrigatoriamente estar acondicionado em embalagens de boa qualidade, não danificadas, originais da linha de fabricação de cada empresa.

5.7 Os materiais constantes deste termo, deverão ser confeccionados, preferencialmente, em material reciclado, obedecendo os critérios de sustentabilidade.

5.8 As empresas participantes desta licitação deverão estar localizadas em um **raio máximo de 190 (cento e noventa) Km da cidade de João Pessoa/PB**, como forma de garantir o acompanhamento "in loco" dos serviços, frente às determinações contratuais. Esta restrição às empresas, se faz necessária para evitar atrasos na confecção e/ou envio de material para o TRE-PB e evitar repetição de problemas e consequentemente aplicação de penalidade à empresa por inexecução contratual.

5.9 - Buscando a garantia dos valores institucionais da transparência, da objetividade e da eficiência, **antes da homologação**, dois (02) membros da equipe de planejamento e um membro do Núcleo Socioambiental poderá efetuar a visita técnica às instalações da

empresa vencedora para fins de comprovação de que a empresa atende aos requisitos do Edital.

5.10 A contratação será realizada na modalidade de pregão eletrônico, sendo o critério de julgamento pelo menor preço.

5.11 Os materiais deverão ser entregues, rigorosamente, dentro das especificações estabelecidas no Edital e seus anexos, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa formal, com aplicação das penalidades.

5.12 A Ata terá vigência de 01 ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso, bem como, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, (arts. 22 e 25 do Decreto 11.462/2023)

## **6. Estimativa das quantidades:**

6.1- A estimativa foi levantada de acordo com os relatórios extraídos do REMAT (sistema de relação de material de Eleição voltado aos Chefes de Cartório para informar as reais necessidades dos materiais e respectivos quantitativos), sobras de material gráfico das Eleições anteriores, bem com sugestão da COINT 2291177 e acréscimos de margem de segurança.

6.1.2 É vedada a utilização de cédulas e formulários "Identificação de Eleitora e Eleitor com Deficiência" de eleições anteriores, conforme Resolução TSE 23.751/2026.

6.1.3 A estimativa do material referente aos crachás institucionais foi definida pela SEDOP 2323910, inserindo 20% de acréscimo, visando atender a eventuais variações de demanda.

6.1.4 A estimativa do material referente aos rótulos de urna eletrônica foi definida pela STI 2332839.

6.1.5 A estimativa do material referente as faixas de eleição foi definida pela SAD (500 unidades) 2317778.

6.1.6 A estimativa do material referente ao Banner, tamanho 1,20x0,80m, em lona com brilho, gramatura de 380g, foi definida pela ASCOM 2337614.

6.1.7 A estimativa do material referente ao Requerimento de Justificativa Eleitoral e cédulas eleitorais foi definida pela COGECAD 2338369.

6.2 - A análise foi idealizada de forma a evitar a ocorrência de:

6.2.1 - excesso ou falta de materiais;

6.2.2 - necessidade de ação de contingência decorrente de falta de planejamento;

6.2.3 - perda do efeito de economia de escala, e

6.2.4 - comprometimento inadequado do orçamento.

6.3 - Destaca-se que foi realizado estudo pela COINT 2291177, de forma a padronizar as aquisições e propiciar o melhor aproveitamento dos materiais possibilitando a sua utilização em todas as seções eleitorais.

## **7. Levantamento de mercado e justificativa da escolha do tipo de solução a contratar:**

SOLUÇÃO 1: impressão realizada por servidores do Tribunal. INVIABILIDADE.

O trabalho seria realizado por equipe de servidores do próprio Tribunal, não envolveria custos diretos. No entanto, o Tribunal não dispõe da infraestrutura adequada de equipamentos de produção gráfica nem equipe especializada, com experiência na operação das diversas máquinas comumente utilizadas na realização de serviços gráficos de boa qualidade, de maneira a dispensar a atuação de um agente externo qualificado para tal.

SOLUÇÃO 2: Aquisição de maquinários e contratação de equipe especializada. INVIABILIDADE

Requer a aquisição de equipamentos utilizados em gráficas em geral, a exemplo de impressoras de grande porte e funcionalidades variadas, máquinas de corte (guilhotinas, laminadoras, vincadeiras), encadernadoras; além dos respectivos suprimentos (papéis de composição, cores, formato e tamanhos variáveis; *tonners*; espirais de tamanhos e cores diversos, etc.), serviço de manutenção periódica das máquinas; consumo de energia elétrica, bem como contratação de equipe de trabalho terceirizada. Assim, a adoção desta solução dependeria de um alto investimento em equipamentos gráficos, além dos custos com manutenção periódica e terceirização de mão de obra, podendo esta permanecer ociosa entre um pleito eleitoral e outro.

SOLUÇÃO 3: Registro de preços para eventual contratação de serviços. VIABILIDADE. Após analisar as soluções encontradas sob o aspecto técnico, econômico e disponível atualmente, a solução escolhida é a realização de procedimento licitatório, Pregão Eletrônico sob o sistema de registro de preços para atender as necessidades ordinárias e eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba e que não há necessidade de classificar os presentes estudos nos termos da [Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#) (regulamenta acesso à informação).

## **8. Providências para adequação do ambiente do órgão:**

8.1 - Não será necessária quaisquer adequação, quer seja infraestrutura elétrica, quer seja espaço físico.

## **9. Estimativas de preços ou preços referenciais:**

9.1 valor unitário estimado para cada item será obtido por meio de pesquisa de mercado e a contratação se adequará à disponibilidade orçamentária, cujo mapa de preços seja juntado aos autos e constará como anexo do termo de referência.

## **10. Descrição da solução como um todo:**

10.1 A solução consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de material gráfico, por meio de **Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços**, visando à produção e entrega dos materiais necessários ao suporte das atividades relacionadas às **Eleições Gerais de 2026**.

10.2 A adoção do **Sistema de Registro de Preços** permitirá maior flexibilidade na gestão das quantidades a serem adquiridas, possibilitando a solicitação dos materiais conforme a necessidade ao longo do período preparatório das eleições, promovendo maior eficiência na utilização dos recursos públicos e evitando aquisições em quantitativos superiores ao efetivamente necessário.

## **11. Justificativas para o não parcelamento da solução quando necessária para individualização do objeto:**

11.1 - A licitação será realizada por item, já que o objeto é divisível.

## **12. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis:**

12.1 - Assegurar a disponibilidade de materiais adequados, em quantidade e especificações compatíveis com as necessidades das seções eleitorais e dos locais de votação, de modo a garantir a continuidade e a regularidade das atividades relacionadas à organização e realização do pleito.

12.2 - Fazer o ressuprimento dos produtos em tempo suficiente para realização da logística em toda a Paraíba.

## **13. Objeto:**

13.1 - Registro de Preços para aquisição de material gráfico, conforme especificações e quantidades descritas abaixo para atender as necessidades das Unidades eleitorais de acordo com a deliberação da Comissão para aquisição de material para as Eleições 2026.

<b>T E M</b>	<b>U N D</b>	<b>Q T D</b>	<b>CAT MAT</b>	<b>ESPECIFICAÇÕES</b>
01	CX	27	467483	<p><b>ATA DE ELEIÇÃO</b> - no formato A4, papel branco de 75g/m<sup>2</sup>, impressão frente e verso em off-set (em cada página) na cor preta, sendo duas folhas frente e verso, grampeada.</p> <p><b>Modelo - apresentado pela ASCOM</b> - a ser definido por portaria específica e divulgado na página eletrônica do Tribunal Superior Eleitoral, conforme art. 184 da Res. TSE 23.751/2026 (*).</p> <p>Apresentação: Pacote com 1.000 unidades cada um, embalados com plástico transparente.</p>
02	UND	30	486807	<p><b>BANNER</b>, tamanho 1,20x0,80m, em lona com brilho, gramatura de 380g, impressão digital e colorida, não devendo apresentar-se borrada nem com manchas de impressão, com bastão em madeira revestida na parte superior e inferior, acabamento em ponteiros, com cordões em nylon (polietileno) de 6 mm de diâmetro, com impressão de arte distinta para cada banner.</p> <p><b>Modelo apresentado pela ASCOM.</b></p>
03	UND	3.000	374329	<p><b>BOLSA EM NYLON</b> plastificado, na cor azul natiê, com as características abaixo especificadas conforme modelo: altura de 35cm; largura de 40cm; dorso lateral de 10cm; costura interna em linha de nylon 60, com sobra de aproximadamente 1cm; friso (vivo) de plástico, de 8mm nas costuras laterais; duas alças em cadarço de nylon trançado preto de aproximadamente 3cm de largura e 80cm de comprimento, medidos costura a costura; zíper médio preto com dois cursores; bolsa para etiqueta, costurada, medindo 10x10cm em plástico l20 transparente; impressão serigráfica em uma cor.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p>
04	UND	1.100	456443	<p><b>CARIMBO</b>, com o nome "<b>NÃO COMPARECEU</b>", tamanho 1,0 cm x 5,0cm, com cabo em madeira.</p>

				<b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b>
05	CX	29	4367	<p><b>CARTAZ PARA SEÇÃO – proibido filmar e proibido celular</b>, impressão em cartolina branca de 180g/m2, medindo 33cm x 25cm, 4x0, conforme modelo apresentado.</p> <p><b>Arquivo apresentado pela ASCOM.</b></p> <p>Apresentação: Embalagem em caixas contendo 1.000 cartazes.</p>
06	CX	28	4367	<p><b>CARTAZ PARA SEÇÃO “AQUI VOTAM OS ELEITORES DA _____”</b>, em cartolina azul, impressão frente em off-set na cor preta, 180g/m2, medindo 33cm x 25cm, conforme modelo.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p> <p>Apresentação: Embalagem em caixas contendo 1.000 formulários cada.</p>
07	CX	9	4367	<p><b>CARTAZ “A SERVIÇO DA JUSTIÇA ELEITORAL”</b>, impressão em cartolina branca, 180g/m2, impressão em off-set na cor preta, tamanho 39cmx11cm, com espaço para identificação da placa do veículo, conforme modelo.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p> <p>Apresentação: Caixa contendo 1.000 cartazes cada.</p>
08	CX	22	4367	<p><b>CARTAZ PARA SEÇÃO - sem impressão</b>, em cartolina BRANCA, 120g/m2, , TAMANHO 210mm x 297mm.</p> <p>Apresentação: Caixas contendo 1.000 cartazes cada.</p>
09	CX	10	4367	<p><b>CARTAZ</b>, tamanho 420x594 mm, em papel de outdoor, gramatura 90g, cor 4x0, com pedido mínimo de 1000 unidades impressas, para cada arte.</p> <p><b>Modelo apresentado pela ASCOM.</b></p> <p>Apresentação: Caixa contendo 1.000 cartazes.</p>
10	CX	19	4367	<p><b>CARTAZ COM SETA INDICATIVA</b>, impressão em cartolina branca, 180g/m2, impressão em off-set na cor preta, tamanho 39cm x 11cm. Para direcionamento do fluxo de eleitores.</p> <p><b>Modelo apresentado pela ASCOM.</b></p> <p>Apresentação: Caixas contendo 1.000 cartazes cada.</p>
11	CX	22	4367	<p><b>CARTAZ INFORMATIVO SOBRE AUTORIZAÇÃO DO VOTO</b></p>

				<p><b>ACOMPANHADO</b>, conforme previsão legal, reforçando a acessibilidade e a inclusão. Impressão em cartolina branca de 180g/m<sup>2</sup>, medindo 33cm x 25cm.</p> <p><b>Modelo apresentado pela ASCOM.</b></p> <p>Apresentação: Caixas contendo 1.000 cartazes cada.</p>
1 2	CX	22	4367	<p><b>CARTAZ COM O TEXTO "Deixe aqui o seu celular"</b>, para reforçar a vedação ao uso de aparelhos eletrônicos na cabine de votação. Impressão em cartolina branca, impressão em off-set na cor preta, 180g/m<sup>2</sup>, medindo 33cm x 25cm.</p> <p><b>Modelo apresentado pela ASCOM.</b></p> <p>Apresentação: Caixas contendo 1.000 cartazes cada.</p>
1 3	CX	22	4367	<p><b>CARTAZ CONTENDO AS PRIORIDADES DE ATENDIMENTO PREVISTAS EM LEI</b>, com a finalidade de orientar eleitores e equipes quanto à ordem preferencial de atendimento, promovendo transparência, respeito aos direitos assegurados e padronização da informação nos locais de votação. Impressão em cartolina branca de 180g/m<sup>2</sup>, formato A3.</p> <p><b>Modelo apresentado pela ASCOM.</b></p> <p>Apresentação: Caixas contendo 1.000 cartazes cada.</p>
1 4	CX	23	4367	<p><b>CARTAZ COM O QR-CODE DIRECIONANDO PARA CONSULTA DE LOCAL DE VOTAÇÃO NO SÍTIO DO TSE</b>, que permite o eleitor identificar sua seção eleitoral e local de votação através da página de autoatendimento do TSE, reduzindo filas, otimizando o atendimento presencial e promovendo maior inclusão digital. Impressão em cartolina branca de 180g/m<sup>2</sup>, medindo 33cm x 25cm.</p> <p><b>Modelo apresentado pela ASCOM.</b></p> <p>Apresentação: Caixas contendo 1.000 cartazes cada.</p>
1 5	CX	5	2896 96	<p><b>CARTÃO identificador da bolsa</b>, para acondicionamento de material em cartolina branca, impressão frente em off-set na cor preta, medindo 10cm altura x 9,5cm de largura, conforme modelo.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p> <p>Apresentação: Caixas contendo 1.000 cartões cada.</p>
1 6	U N	2. 40	4397 76	<p><b>CARTÃO identificação para crachá institucional</b>, material pvc, comprimento</p>

	D	0		<p>86, largura 54, características adicionais adesivado, espessura 0,46, cor branca.</p> <p>Apresentação: Pacotes com 100 unidades cada um, embalados com plástico transparente.</p>
1 7	CX	10 0	4802 67	<p><b>CÉDULA ELEITORAL "Majoritária"</b> (Presidente), confeccionada em papel opaco AMARELO de 75g/m<sup>2</sup>, impressão frente e verso em off-set nas cores "preto" e "branco", com uma tarja na horizontal, 84mm de altura e 191mm de largura, e 84mm de largura após a dobra.</p> <p><b>Arquivo apresentado pela ASCOM</b> a ser definido por portaria específica e divulgado na página eletrônica do Tribunal Superior Eleitoral, conforme art. 184 da Res. TSE 23.751/2026.</p> <p>Apresentação: Pacotes contendo 1.000 unidades, cada um, embalados em plástico transparente.</p>
1 8	CX	60	4802 67	<p><b>CÉDULA ELEITORAL "Majoritária"</b> (Governador e e Senador), confeccionada em papel opaco AMARELO de 75g/m<sup>2</sup>, impressão frente e verso em off-set nas cores "preto" e "branco", com uma tarja na horizontal, 84mm de altura e 191mm de largura, e 84mm de largura após a dobra.</p> <p><b>Arquivo apresentado pela ASCOM</b> a ser definido por portaria específica e divulgado na página eletrônica do Tribunal Superior Eleitoral, conforme art. 184 da Res. TSE 23.751/2026.</p> <p>Apresentação: Pacotes contendo 1.000 unidades, cada um, embalados em plástico transparente.</p>
1 9	CX	60	4802 67	<p><b>CÉDULA ELEITORAL "Majoritária"</b> (Governador), confeccionada em papel opaco AMARELO de 75g/m<sup>2</sup>, impressão frente e verso em off-set nas cores "preto" e "branco", com uma tarja na horizontal, 84mm de altura e 191mm de largura, e 84mm de largura após a dobra.</p> <p><b>Arquivo apresentado pela ASCOM</b> a ser definido por portaria específica e divulgado na página eletrônica do Tribunal Superior Eleitoral, conforme art. 184 da Res. TSE 23.751/2026.</p> <p>Apresentação: Pacotes contendo 1.000 unidades, cada um, embalados em plástico transparente.</p>

20	CX	60	480267	<p><b>CÉDULA ELEITORAL "Proporcional"</b> (Deputado Estadual e Federal)), confeccionada em papel opaco BRANCO de 75g/m<sup>2</sup>, impressão frente e verso em off-set nas cores "preto" e "branco", com uma tarja na horizontal, 84mm de altura e 191mm de largura, e 84mm de largura após a dobra.</p> <p><b>Arquivo apresentado pela ASCOM</b> a ser definido por portaria específica e divulgado na página eletrônica do Tribunal Superior Eleitoral, conforme art. 184 da Res. TSE 23.751/2026.</p> <p>Apresentação: Pacotes contendo 1.000 unidades, cada um, embalados com plástico transparente.</p>
21	UND	2.400	461484	<p><b>CORDÃO para crachá personalizado</b> com arte do TRE-PB, realizada em alta resolução, sem restrições de cores, desenhos, imagens e logos, com 25mm x 85cm, impressão digital por sublimação, frente e verso, finalizado com fixador de solda niquelado, argola e mosquetão para crachá.</p> <p><b>Arte enviada pela ASCOM</b></p> <p>Apresentação: Pacotes contendo 50 unidades, cada um, embalados com plástico transparente.</p>
22	UND	3.000	275134	<p><b>CORDÃO PARA CRACHÁ</b>, em silicone transparente, comprimento 90 cm, modelo com solda, com ponteira em metal nas duas extremidades, (não acompanha crachá).</p> <p>Apresentação: Embalados com 100 unidades por pacote.</p>
23	UND	10.000	311792	<p><b>CRACHÁ Apoio</b>, em papel triplex branco de 250g/m, tamanho 10x15cm, com impressão em off-set 2x0, (preto e azul marinho), fixado em cordão rabo de rato branco de 85cm, com 02 furos, conforme modelo apresentado.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p> <p>Apresentação: Pacotes com 100 unidades cada um, embalados com plástico transparente.</p>
24	UND	100	311793	<p><b>CRACHÁ Chefe de Cartório</b>, em papel triplex branco de 250g/m, tamanho 10x15cm, com impressão em off-set 1x0, fixado em cordão rabo de rato branco de 85cm, com 02 furos.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p>



				Apresentação: Pacotes com 100 unidades cada um, embalados com plástico transparente.
2 5	U N D	2. 70 0	3117 93	<p><b>CRACHÁ Gerente de Local de Votação</b>, em papel triplex branco de 250g/m, tamanho 10x15cm, com impressão em off-set 1x0, fixado em cordão rabo de rato branco de 85cm, com 02 furos, conforme modelo.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p> <p>Apresentação: Pacotes com 100 unidades cada um, embalados com plástico transparente.</p>
2 6	U N D	17 0	3117 92	<p><b>CRACHÁ Juiz Eleitoral</b>, em papel triplex branco de 250g/m, tamanho 10x15cm, com impressão em off-set 2x0, (preto e cinza), fixado em cordão rabo de rato branco de 85cm, com 02 furo</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p> <p>Apresentação: Pacotes com 50 unidades cada um, embalados com plástico transparente.</p>
2 7	U N D	30 0	3117 92	<p><b>CRACHÁ Oficial de Justiça</b>, em papel triplex branco de 250g/m, tamanho 10x15cm, com impressão em off-set 2x0 (preto e marrom), fixado em cordão rabo de rato branco de 85cm, com 02 furos.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p> <p>Apresentação: Pacotes com 100 unidades cada um, embalados com plástico transparente.</p>
2 8	U N D	33 .0 00	3117 93	<p><b>CRACHÁ Membro de Mesa Eleitoral</b>, em papel triplex branco de 250g/m, tamanho 10x15cm, com impressão em off-set 1x0, fixado em cordão rabo de rato branco de 85cm, com 02 furos.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p> <p>Apresentação: Pacotes com 100 unidades cada um, embalados com plástico transparente.</p>
2 9	U N D	40 0	3117 93	<p><b>CRACHÁ Membro de Junta Eleitoral</b>, em papel triplex branco de 250g/m, tamanho 10x15cm, com impressão em off-set 1x0, fixado em cordão rabo de rato branco de 85cm, com 02 furos.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p> <p>Apresentação: Pacotes com 100 unidades cada um, embalados com plástico transparente.</p>

3 0	U N D	16 .0 00	3117 93	<p><b>CRACHÁ Presidente de Mesa Eleitoral</b>, em papel triplex branco de 250g/m, tamanho 10x15cm, com impressão em off-set 1x0, fixado em cordão rabo de rato branco de 85cm, com 02 furos.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p> <p>Apresentação: Pacotes com 100 unidades cada um, embalados com plástico transparente.</p>
3 1	U N D	16 0	3117 92	<p><b>CRACHÁ Promotor Eleitoral</b>, em papel triplex branco de 250g/m, tamanho 10 x 15, com impressão em off-set 2x0, (preto e amarelo), fixado em cordão rabo de rato branco de 85cm, com 02 furos.</p> <p>Modelo apresentado pela <b>SEGMAC.</b></p> <p>Apresentação: Pacotes com 50 unidades cada um, embalados com plástico transparente.</p>
3 2	U N D	4. 00 0	2904 67	<p><b>CRACHÁ.</b> Material: plástico transparente. Características Adicionais: com cordão para identificação em PVC com ponteira metálica. Formato: vertical (abertura superior). Medida:11x16 (comprimento x altura), aproximadamente.</p> <p>Apresentação: embalagem com pacotes de 50 unidades.</p>
3 3	U N D	20 .0 00	4367	<p><b>ENVELOPE</b> em papel branco, 120g/m², tamanho 36x26cm, off-set na cor preta.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p> <p>Apresentação: Pacotes com 100 unidades cada um, embalados com plástico transparente.</p>
3 4	U N D	18 .0 00	8305	<p><b>ENVELOPE protetor tipo safepack</b>, para transporte de BU e memória de resultado, confeccionado em papel reciclado) de 120g/m², impermeável, com bordas laterais prensadas, com fita adesiva para fechamento (não utilizar cola), medindo aproximadamente 12,5x18cm (aberto), personalizado com o brasão da república, medindo 2,0cm (alinhamento a esquerda) e, ao lado do brasão, os dizeres centralizados "JUSTIÇA ELEITORAL", e, abaixo "TRE-PB" e mídia de resultados, com margem superior de 3,0cm e impressão na cor preta, e, em seguida, dizeres da Zona Eleitoral e da Seção Eleitoral.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p>

				Apresentação: Embalado com plástico transparente, em pacotes contendo 50 unidades cada.
3 5	U N D	50 0	4472 60	<p><b>FAIXA EM TECIDO</b> (BRAMANTE OU MORIM), para divulgação do pleito 2024, montadas com acabamento de madeira nas extremidades, dimensões: comprimento de 300cm e largura de 80cm; o tecido e as tintas aplicadas deverão ser de boa qualidade, assim como a madeira de acabamento, cujas extremidades devem ser serradas, sem pontas, que permitam estender a própria faixa, possibilitando a leitura do que houver escrito; faixas dotadas de quatro cordões de nylon (polietileno) ou material similar, 2mm de diâmetro e 3m de comprimento, cada peça, para afixação.</p> <p><b>Modelo e arquivo apresentado pela ASCOM.</b></p>
3 6	CX	27	4642 99	<p><b>FORMULÁRIO para Controle de Comparecimento de Mesários</b>, formato A4, em papel branco de 75g/m<sup>2</sup>, impressão frente em off-set na cor preta, conforme modelo.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p> <p>Apresentação: Embalado em pacotes contendo 1.000 formulários.</p>
3 7	CX	12 0	4675 91	<p><b>FORMULÁRIO para Identificação de Eleitor com Deficiência ou Mobilidade Reduzida</b> – tamanho 14,7x6,9cm, papel AP 75g/m<sup>2</sup>, impressão em preto e branco.</p> <p><b>Modelo - apresentado pela ASCOM</b> - a ser definido por portaria específica e divulgado na página eletrônica do Tribunal Superior Eleitoral, conforme art. 184 da Res. TSE 23.751/2026.</p> <p>Apresentação: Embalagens em caixas contendo 1.000 formulários.</p>
3 8	U N D	11 0. 00 0	4806 66	<p><b>FORMULÁRIO "REQUERIMENTO DE JUSTIFICATIVA ELEITORAL"</b> (RJE), em papel AP 75g/m<sup>2</sup>, dimensões: 29,5cm x 8,5cm, impressão em preto e branco.</p> <p><b>Modelo - apresentado pela ASCOM</b> - a ser definido por portaria específica e divulgado na página eletrônica do Tribunal Superior Eleitoral, conforme art. 184 da Res. TSE 23.751/2026.</p> <p>Apresentação: Pacotes com 500 unidades, cada um, embalados com plástico transparente.</p>

3 9	CX	28	4642 99	<p><b>Lei 9.504/1997 – art. 39-A (acrescentado pela lei 12.034)</b> no formato A4, papel branco de 75g/m<sup>2</sup>, impressão frente em off-set na cor preta e em uma única via.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p> <p>Apresentação: Embalado em pacotes contendo 1.000 formulários.</p>
4 0	CX	30	4642 99	<p><b>LISTAGEM de Candidatos para cabina</b>, em papel branco de 150 g/m<sup>2</sup>, impressão em off-set na cor preta, tamanho 48x66cm, sendo de 10 a 15 matrizes diferentes, conforme modelo.</p> <p><b>Arquivo apresentado pela ASCOM</b></p> <p>Apresentação: Embalagens em caixas contendo 1.000 formulários.</p>
4 1	U N D	8. 00 0	3204 89	<p><b>PAPEL MADEIRA</b> gramatura 80g/m<sup>2</sup>, reciclado, medindo 66 x 96 cm, aproximadamente. O papel deverá ser confeccionado com madeira de origem legal, manejo sustentável.</p> <p>Apresentação: Embalagem em pacotes com 100 unidades cada.</p>
4 2	U N D	2. 40 0	4614 86	<p><b>PRESILHA para crachá institucional</b>, tipo jacaré, removível, com alça leitosa, produzido em aço com acabamento niquelado e alça de polietileno.</p> <p>Apresentação: pacote com 50 unidades, cada.</p>
4 3	BL	2. 50 0	3157 84	<p><b>RECIBO DE QUITAÇÃO DE ENTREGA DE URNAS E SOBRA DE MATERIAIS DAS ELEIÇÕES</b> em 02 vias, sendo a 1ª branca e a 2ª rosa, serrilhado e colado na lateral esquerda, em papel autocopiativo, impressão em off-set na cor preta, formato 10,5x21cm, sendo cada <u>bloco: 25x02</u>.</p> <p><b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b></p>
4 4	U N D	11 .0 00	4675 86	<p><b>RÓTULOS DE URNA DE SEÇÃO – PARA EMBALAGEM DA URNA</b> Tamanho: formato 140 mm x 97 mm, cartão tríplex, 1 lâmina em cartão tríplex FSC 300g/m<sup>2</sup>, 4x0 cores, refile final. Tipo de papel: couché, gramatura 250g. Os rótulos deverão ser entregues cortados (guilhotinados), embalados em <b>pacotes contendo 100 unidades</b>, separados por ordem numérica/ alfabética de zona, seção e município. Cada rótulo possui uma sequência de cor por zona eleitoral e por município e numeração individual do</p>

				número da seção eleitoral, não repetida. Cada rótulo é único.(vide modelo em anexo da zona 001 - <b>SEGEI</b> ).
4 5	U N D	2. 00 0	4675 86	<b>RÓTULOS DE URNA DE CONTINGÊNCIA - PARA EMBALAGEM DA URNA</b> Tamanho: formato 140 mm x 97 mm, cartão tríplex, 1 lâmina em cartão tríplex FSC 300g/m2, 4x0 cores, refile final. Tipo de papel: couché, gramatura 250g. Os rótulos deverão ser entregues cortados (guilhotinados), embalados em <b>pacotes contendo 100 unidades</b> , separados por zona e município. (vide modelo em anexo da zona 001 - <b>SEGEI</b> ).
4 6	U N D	11 .0 00	4675 86	<b>RÓTULOS DE URNA DE SEÇÃO - PARA PORTA DOCUMENTOS (BOLSA PLÁSTICA/ACRÍLICA) DO GABINETE DA URNA</b> Tamanho: formato 150 mm x 50 mm, cartão tríplex, 1 lâmina em cartão tríplex FSC 300g/m2, 4x0 cores, refile final. Tipo de papel: couché, gramatura 250g. Os rótulos deverão ser entregues cortados (guilhotinados), embalados em <b>pacotes contendo 100 unidades</b> , separados por ordem numérica/alfabética de zona, seção e município. Cada rótulo possui uma sequência de cor por zona eleitoral e por município e numeração individual do número da seção eleitoral, não repetida. Cada rótulo é único. (vide modelo em anexo da zona 001 - <b>SEGEI</b> ).
4 7	U N D	2. 00 0	4675 86	<b>RÓTULOS DE URNA DE CONTINGÊNCIA - PARA PORTA DOCUMENTOS (BOLSA PLÁSTICA/ACRÍLICA) DO GABINETE DA URNA</b> Tamanho: formato 150 mm x 50 mm, cartão tríplex, 1 lâmina em cartão tríplex FSC 300g/m2, 4x0 cores, refile final. Tipo de papel: couché, gramatura 250g. Os rótulos deverão ser entregues cortados (guilhotinados), embalados em <b>pacotes contendo 100 unidades</b> , separados por zona e município. (vide modelo em anexo da zona 001- <b>SEGEI</b> ).
4 8	BL	60 0	4675 90	<b>SENHA em Papel Jornal</b> , formato 65mm de largura x55mm de altura, impressão em off-set na cor preta, conforme modelo. <b>Modelo apresentado pela SEGMAC.</b> Apresentação: Pacote em blocos contendo 500 senhas, embalados com plástico transparente.

**(\*) Resolução TSE 23.751.**

Art. 184. Caberá ao Tribunal Superior Eleitoral elaborar os modelos e estabelecer as especificações para confecção de formulários, impressos, cédulas, lacres, etiquetas e demais artefatos a serem utilizados nas Eleições 2026, de acordo com o disposto neste capítulo.

Parágrafo único. Os modelos de que trata o caput deste artigo serão publicados em portaria específica e divulgados na página eletrônica do Tribunal Superior Eleitoral.

**14. Declaração da viabilidade ou não da contratação:**

14.1 Pelos motivos expostos nos presentes estudos preliminares, a equipe declara explicitamente viável a contratação por meio de Pregão Eletrônico e Sistema de Registro de Preços e que não há necessidade de classificar os presentes estudos nos termos da [Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#).

**SULAMITA SOUSA DE OLIVEIRA**  
**CHEFE SUBSTITUTO(A) DA SEÇÃO DE GESTÃO DE MATERIAL DE CONSUMO**



Documento assinado eletronicamente por SULAMITA SOUSA DE OLIVEIRA em 26/03/2026, às 09:35, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**JOSÉ FLÁVIO NOGUEIRA DE SOUTO**  
**TÉCNICO JUDICIÁRIO**



Documento assinado eletronicamente por JOSÉ FLÁVIO NOGUEIRA DE SOUTO em 26/03/2026, às 09:36, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**MÁRIO CÉZAR DELGADO RÉGIS**  
**CHEFE DA SEÇÃO DE COMPRAS**



Documento assinado eletronicamente por MÁRIO CÉZAR DELGADO RÉGIS em 26/03/2026, às 09:43, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**MICHELLE HENRIQUE DE SOUSA ALMEIDA**  
**ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO**



Documento assinado eletronicamente por MICHELLE HENRIQUE DE SOUSA ALMEIDA em 26/03/2026, às 09:57, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=2342978&crc=2B2E1971](https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=2342978&crc=2B2E1971), informando, caso não preenchido, o código verificador **2342978** e o código CRC **2B2E1971**.





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2026  
(Processo SEI n.º 0002567-29.2026.6.15.8000)**

**ANEXO IV**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**



**Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba**

Avenida Princesa Isabel, 201 - Bairro Centro - CEP 58020-911 - João Pessoa - PB

**MINUTA - SECOMP****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2026****PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2026****(Processo Nº 0002567-29.2026.6.15.8000)**

**O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA**, denominado ÓRGÃO GERENCIADOR (UASG: 070009), CNPJ Nº 06.017.798/0001-60, com sede na Avenida Princesa Isabel, nº 201 - Centro - João Pessoa/PB, CEP 58.020-911, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) de Administração, **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, nomead(o)a pela Portaria nº XX/TRE/PB/PTRE/ASPRE, de XX de XXX de 2026, publicada no DOU de XX de XXX de 2026, Seção X, página XX, no uso das suas atribuições, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº XXXX/2026, publicada no DOU em xx/xx/xxx, processo administrativo SEI n.º **0002567-29.2026.6.15.8000**, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no **Edital de Licitação**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a aquisição de material gráfico para atender as necessidades dos trabalhos referentes às Eleições Gerais de 2026, conforme especificado no Termo de Referência nº 14/2026 - TRE-PB/PTRE/DG/SAD/COMAT/SEGMAC, anexo nº XX, do Edital de Licitação, Pregão Eletrônico nº XX/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, o(s) fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

<b>Empresa:</b>		
<b>CNPJ:</b>	<b>Telefone:</b>	
<b>Endereço</b>	<b>E-mail:</b>	
<b>CEP:</b>		

<b>Representante Legal:</b> CPF nº				
Item	Descrição/Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R\$
01				

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata, se for o caso.

### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciador será o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA, CNPJ nº 06.017.798/0001-60, com sede na Avenida Princesa Isabel, 201, Bairro Centro, na cidade de João Pessoa/PB, CEP 58.020-911, telefone nº 3512-1200.

3.2 Além do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, *não há [ou] São* órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**4.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços** decorrente desta licitação.

**4.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.**

### 5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

**5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, havendo possibilidade de prorrogação por igual período, mediante anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.**

**5.1.1. Com a prorrogação da Ata de Registro de Preços, ficam renovados os quantitativos do período inaugural.**

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

**5.3.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital do Pregão Eletrônico nº XX/2026 e se obrigar nos limites dela;**

5.3.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.3.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.3.2.2 Mantiverem sua proposta original.

5.3.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.4 O registro a que se refere o item 5.3.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.5 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.6 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.6.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital do Pregão Eletrônico nº XX/2024; e

5.6.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

**5.7 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.**

5.8 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.9 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.10 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observando o item 5.3.2 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.11 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.3.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital do Pregão Eletrônico nº 31/2023, poderá:

5.11.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.11.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**5.12 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.**

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data do orçamento estimado, aplicando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado e divulgado pelo IBGE. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação em vigor, à época, e, na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento dos preços.**

6.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2 Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

**7.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.**

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1 Por razão de interesse público;

9.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no **edital do Pregão Eletrônico nº XX/2026**.

10.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **11. CONDIÇÕES GERAIS**

**11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado,**

**penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO XX do Edital do Pregão Eletrônico nº XX/2026.**

11.2 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

11.3 Em vista da implementação de sistema informatizado de procedimentos administrativos neste TRE/PB, denominado SEI -Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá efetuar o cadastro no referido sistema para acesso as informações e para assinatura eletrônica de documentos que serão necessárias à formalização da contratação;

11.4 Considerando a previsão de encaminhamento de mensagens eletrônicas através do SEI – Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá informar pelo menos 1 (uma) conta de e-mail válida, ficando a contratada obrigada a acessar diariamente o e-mail, acusando expressamente o recebimento da mensagem, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da data da comunicação expedida.

11.5 Caso não haja recebimento expresso, o teor da mensagem será considerado lido após o decurso do prazo descrito.

## **12. DO FORO**

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Justiça Federal em João Pessoa/PB, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a tratar eu, Mário Cezar Delgado Régis, Chefe da Seção de Compras, lavrei a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelo particular fornecedor.

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

Secretário(a) de Administração do TRE/PB

**Representante Legal**

Empresa

**Empresa Contratada:**

**CNPJ:**

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Representante Legal:

CPF nº

**MÁRIO CÉZAR DELGADO RÉGIS  
CHEFE DA SEÇÃO DE COMPRAS**



Documento assinado eletronicamente por MÁRIO CÉZAR DELGADO RÉGIS em 30/04/2026, às 13:52, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=2369439&crc=3C330494](https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=2369439&crc=3C330494), informando, caso não preenchido, o código verificador **2369439** e o código CRC **3C330494**..

0002567-29.2026.6.15.8000

2369439v3



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2026**  
**(Processo SEI n.º 0002567-29.2026.6.15.8000)**

**ANEXO V**

**MODELO DE TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE DAS  
INFORMAÇÕES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA – CONTRATAÇÕES**

Anexo do Contrato nº \_\_\_\_\_, celebrado entre a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, e a empresa \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, nesse ato representada por \_\_\_\_\_, inscrita(o) no CPF nº \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, apresenta o presente Termo de Responsabilidade e Confidencialidade das Informações, obrigando-se a não divulgar, sem autorização do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, segredos e informações produzidos, recebidos e custodiados pelo TRE-PB, bem como informações sobre quaisquer assuntos de que tomar conhecimento em razão da execução desta contratação, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições.

Cláusula Primeira – A Contratada reconhece que, com a aceitação do presente termo, as atividades desenvolvidas envolvem contato com informações restritas ou sigilosas. Essas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a quaisquer pessoas físicas ou jurídicas não autorizadas sem a expressa autorização do TRE-PB, comprometendo-se a Contratada a manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do TRE-PB ou de terceiros, de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços contratados, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, sem prejuízo da responsabilidade penal de quem tenha descumprido as obrigações assumidas.

Cláusula Segunda – A Contratada reconhece que, em caso de dúvida acerca da confidencialidade de determinada informação, esta deverá ser tratada sob sigilo, até que venha a ser autorizado, pelo TRE-PB, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma o silêncio do TRE-PB deverá ser interpretado como liberação de quaisquer dos compromissos ora assumidos.

Cláusula Terceira – A Contratada obriga-se a informar ao TRE-PB, imediatamente, qualquer violação das regras de sigilo por parte dela, de qualquer de seus empregados e empregadas ou de quaisquer outras pessoas, inclusive nos casos de violação não intencional ou culposa de sigilo das informações a ele inerentes.

Cláusula Quarta – As obrigações a que alude este instrumento perdurarão, inclusive, após a cessação de vínculo entre a Contratada e o TRE-PB.

Cláusula Quinta – Caso a revelação das informações seja determinada por ordem judicial, a parte notificada se compromete a avisar à outra, para que possa tomar todas as medidas preventivas para proteger as informações. Nesse caso, a parte deverá revelar apenas as informações exigidas por determinação judicial e deverá informar à outra quais as informações e em que extensão serão reveladas.

Cláusula Sexta – A Contratada compromete-se a dar ciência do teor do presente termo aos empregados e empregadas alocadas na prestação dos serviços contratados, mediante assinatura Declaração de Ciência, conforme modelo anexo.

Cláusula Sétima – A celebração do Termo de Responsabilidade e Confidencialidade das Informações e da Declaração de Ciência não prejudica nem dispensa a celebração de outros instrumentos de responsabilidade e compromisso previstos para contratações específicas.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam este Termo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2026**  
**(Processo SEI n.º 0002567-29.2026.6.15.8000)**

**ANEXO VI**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DO TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA**

Anexo do Contrato nº \_\_\_\_\_, celebrado entre a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, e a empresa \_\_\_\_\_.

O(s) funcionário(s) e funcionária(s) abaixo qualificado(s) e qualificada(s) declara(m) ter pleno conhecimento do teor do Termo de Responsabilidade e Confidencialidade das Informações do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba firmado pela Empresa \_\_\_\_\_ com o TRE-PB, e assume(m) a obrigação de cumpri-lo em sua integralidade, sob pena de responsabilização, na forma da lei.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, a presente Declaração de Ciência é assinada pela(s) parte(s) declarante(s).

Identificação do(s) declarante(s)

<b>Nome</b>	<b>Identidade</b>	<b>CPF</b>	<b>Função</b>
-------------	-------------------	------------	---------------